



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----DO DIA 24 FEVEREIRO DE 2017-----

----- ACTA NÚMERO DEZANOVE -----

----- Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro de dois mil e dezassete, reuniu no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal do Concelho de Manteigas nos termos da Lei, sob a presidência do Senhor Primeiro Secretario da Mesa, o Senhor Deputado Albino Saraiva Cardoso, em substituição do Senhor Presidente da Mesa o Senhor Deputado António Manuel de Lemos Santos, coadjuvado pela Senhora Segunda Secretária Senhora Deputada Oriana Marina Cleto Abreu Morais e pelo Senhor Deputado Daniel António Quaresma Costa, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

----- Ponto um: **Período de Intervenção do Público.**-----

----- Ponto dois: **Período de Antes da Ordem do Dia.**-----

----- Ponto dois, um: Apreciação, discussão e votação da Ata da sessão anterior.-----

----- Ponto dois, dois: Conhecimento do expediente recebido e prestação de informações.-----

----- Ponto dois, três: Intervenções dos Senhores Deputados antes da Ordem do Dia.-----

----- Ponto três: **Período da Ordem do dia.**-----

----- Ponto três, um: Ratificação da comunicação de não participação no aumento do capital social – AFTEBI.-----

----- Ponto três, dois: Conhecimento dos apoios concedidos às Fábricas da Igreja Paroquial de São Pedro, Vale de Amoreira e Santa Maria e AFACIDASE, nos termos da autorização prévia concedida pela Assembleia Municipal, em 16 de dezembro de 2016, por serem compromissos plurianuais.-----

----- Ponto três, três: Deliberar sob a proposta do Órgão Executivo, a nomeação de Auditor Externo de acordo com o n.º 1, do artigo 77º, la Lei 73/2013, de 3 de setembro.-----

----- Ponto três, quatro: Apreciação dos documentos de Execução Orçamental da receita e despesa e do mapa de fluxos de caixa.-----

----- Ponto três, cinco: Apreciação, discussão e votação da modificação ao orçamento – Revisão n.º 1/2017.-----

----- Ponto três, seis: Conhecimento dos compromissos plurianuais assumidos em 31 de dezembro de 2016, dos pagamentos em atraso existente em 31 de dezembro de 2016 e dos recebimentos em atraso existentes em 31 de dezembro de 2016.-----

----- Ponto três, sete: Tomar conhecimento dos relatos necessariamente sucintos dos representantes desta Assembleia Municipal nas diversas comissões nomeadamente: Conselho Municipal de Educação, Comissão Municipal de Defesa da Floresta contra Incêndios, Conselho Local de Ação Social de Manteigas, Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, Assembleia Intermunicipal da CIM Beiras Serra da Estrela, do Conselho Municipal da Juventude e da Comissão Municipal de Toponímia. -----

----- Ponto três, oito: Apreciação, discussão e votação das deliberações a tomar em minuta, para produzir efeitos imediatos, desta sessão. -----

----- Ponto quatro: Apreciação da informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal.-----

----- Ponto cinco: Apreciação de qualquer outro assunto de interesse para o Concelho.-----

----- Estiveram presentes nesta sessão e assinaram a lista de presenças para além do o Senhor Primeiro Secretário da Mesa, a Senhora Segunda Secretária, os Senhores Deputados Municipais: Daniel António Quaresma Costa, Manuel José da Silva Carvalhinho, Fernanda Isento Pereira, Nuno Manuel Matos Soares, José Manuel Novo de Matos, Ana Catarina Félix Vinagre, António Miguel Aldeia Carvalho, Flávio Miguel Tacanho Massano, Alfredo Serra de Carvalho Marcelo, Odete da Graça Ganiha Almeida, José Manuel Abrantes Lopes, Matilde Rosa Ambrósio Cardoso, Joaquim Martins Fonseca Albuquerque, Joaquim Neves Biscaia, Nuno Miguel Fernandes Gonçalves, Paulo Manuel dos Santos Costa e Carlos Manuel Figueiredo Viegas.-----

----- Não se encontrava presente o Senhor Presidente da Mesa António Manuel de Lemos Santos, que comunicou previamente a impossibilidade de comparecer na reunião, tendo justificado a respetiva ausência e pedido a devida substituição, tendo por isso sido convocado o Senhor Deputado Daniel António Quaresma Costa. -----

----- Estiveram também presentes o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Manteigas, José Manuel Custódia Biscaia e os Senhores Vereadores Esmeraldo Saraiva Neto Carvalhinho, José Manuel Saraiva Cardoso, António José Ascenção Fraga. O Senhor Vereador Paulo Jorge Ribeiro Estrela não se encontrava presente por motivos profissionais. -----

**Às vinte horas e quarenta e cinco minutos**, o Senhor Presidente da Mesa, o Senhor Deputado Albino Cardoso, que nesta sessão presidia a Mesa da Assembleia, declarou aberta a sessão, informou que o Senhor Presidente da Mesa, António Manuel de Lemos Santos, não se encontrava presente nesta reunião, pelo que tinha sido convocado o Senhor Deputado Daniel Costa a quem convidou para ajudar a secretariar nos trabalhos da Mesa. Cumprimentou o Órgão Executivo na pessoa do Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Deputados, os funcionários da Câmara que se encontravam a prestar apoio a esta sessão e o público presente. Agradeceu a presença de todos. -----

-----PONTO 1.DA ORDEM DE TRABALHOS-----

-----INTERVENÇÃO DO PÚBLICO-----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou os munícipes presentes se desejavam intervir neste ponto da ordem de trabalhos. Verificando que não existiam inscrições deu como encerrado este ponto da ordem de trabalhos. -----

-----PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----PONTO 2.1-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

-----APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ANTERIOR-----

----- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra informou que não tinham sido apresentadas propostas de alteração à Ata número dezoito de dezasseis de dezembro de dois mil e dezasseis. Questionou os Senhores Deputados se desejam intervir sobre esta matéria. Verificando a intenção do Senhor Deputado Nuno Soares em intervir concedeu-lhe a palavra. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares no uso da palavra cumprimentou todos os presentes e em especial o Senhor Presidente da Mesa Albino Cardoso, que nesta sessão desempenhava as funções de Presidente da Mesa em substituição. Aludiu que há muitos anos o Senhor Presidente da Mesa fazia parte dos membros deste Órgão Deliberativo, sendo que era com enorme prazer que estava presente numa sessão da Assembleia presidida por este. Desejou-lhe os maiores sucessos na direção dos trabalhos desta sessão, tendo considerado que por todo o histórico que já tinha, enquanto membro desta Assembleia há mais de vinte anos, o Senhor Presidente da Mesa tinha todo o mérito em presidir esta sessão, sendo que lhe reconhecia, a título pessoal, capacidade para o fazer. -----

Afirmou que este tem sido um elemento da Assembleia que sempre demonstrou interesse e disponibilidade para debater os assuntos do concelho. Explanou que apesar de ambos terem algumas divergências de opiniões, tal como era de conhecimento de todos, contudo reconhecia-lhe todo o mérito para dirigir esta Assembleia e ainda bem que se tinha proporcionado esta oportunidade para o poder fazer neste mandato. Disse que na sua opinião era interessante o Órgão Deliberativo ter uma perspetiva diferente da condução dos trabalhos, daquela que têm conhecido.-----

No que concerne à Ata número dezoito referiu que na página 840, no primeiro parágrafo, na quarta linha solicitou que fosse acrescentado a palavra “*não*”, assim sendo onde se lê: “*Salientou que a sua preocupação é apenas que Manteigas fique prejudicada em relação à Covilhã e a Seia*”, deverá ler-se: “*Salientou que a sua preocupação é apenas que Manteigas não fique prejudicada em relação à Covilhã e a Seia*”. Indicou que havia mais alguns pormenores de linguagem, que poderiam ser corrigidos, mas sem grande relevância.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou se mais alguém desejava apresentar propostas de alteração à Ata, tendo verificado que não havia inscrições para intervir sobre esta matéria, colocou a **Ata número dezoito da Assembleia Municipal de dezasseis de dezembro de dois mil e dezasseis** à votação, tendo  **sido aprovada por maioria, com três abstenções**, justificadas pelos Senhores Deputados pelo facto de não terem estado presentes na última sessão da Assembleia Municipal.-----

-----PONTO 2.2-----

-----CONHECIMENTO DO EXPEDIENTE RECEBIDO E PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES-----

----- O Senhor Presidente da Mesa informou que tinha sido recebido da **ANAFRE** uma Nota Informativa que leu e que em seguida se transcreve: -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

### *“Nota Informativa*

*A Delegação Distrital da ANAFRE promove o III Encontro Distrital de Autarcas de Freguesia no próximo dia 01 de Abril na cidade de Gouveia.*

*Na sequência dos Encontros dos anos anteriores pretende-se com esta iniciativa proporcionar uma reflexão sobre temas alusivos ao Poder Local e particularmente às questões associadas às freguesias.*

*O programa compreende uma sessão alusiva às boas práticas no relacionamento municípios/freguesias no nosso distrito, um debate com deputados eleitos para a Assembleia da Republica, o caderno reivindicativo da ANAFRE e a apresentação pública de um livro intitulado “A Freguesia como divisão administrativa em Portugal – breve retrospectiva histórico-jurídica”, da autoria do mestre em direito, Diogo Figueiredo Ferreira, natural de Gouveia.*

*Neste terceiro encontro podem participar autarcas eleitos para os órgãos do Poder Local, municípios e freguesias, funcionários da administração local e cidadãos interessados nas questões autárquicas.”*

---

O Senhor Presidente da Mesa prosseguiu referindo que caso algum dos Autarcas de Manteigas quisesse estar presente neste evento tinha essa oportunidade, podendo ser disponibilizada informação mais pormenorizada sobre esse Encontro Distrital de Autarcas.-----

Deu conhecimento que do **proTEJO – Movimento pelo Tejo**, foi rececionado uma informação onde é agendada uma manifestação para o dia 04 de março, contra a poluição do Rio Tejo e seus afluentes. Informou que a concentração será no Caís Fluvial de Vila Velha de Rodão. Disse tratar-se de uma nota um pouco extensa, contudo se alguém pretendesse alguma informação mais concreta podia ser cedida uma cópia deste documento. -----

Referiu que a **Assembleia Municipal de Viseu** remeteu uma Moção pela dignificação do Instituto Politécnico de Viseu e outros, designando-os por “Universidades Politécnicas”, ou “Universidades de Estudos Avançados”, de modo a poderem atribuir grau de Doutor. Explanou que se trata de uma iniciativa académica que tem toda a importância, poderá também ser um aspeto interessante na vida dos Politécnicos e na saúde educacional portuguesa. Declarou que este documento ficava à disposição dos Senhores Deputados caso o desejem ler. -----

Mencionou que o **Grupo Parlamentar Os Verdes** fez chegar à Mesa desta Assembleia uma missiva sobre os Semáforos de Sameiro, dado que houve uma reclamação da Junta de Freguesia de Sameiro sobre as condições em que aqueles semáforos funcionavam. Aludiu que segundo consta os mesmos já estão em funcionamento, sendo que o Grupo Parlamentar os Verdes vinham precisamente informar que conseguiram que as Estradas de Portugal fizessem o seu trabalho. Colocou o documento à disposição dos Senhores Deputados que o desejassem consultar.-----

Por último disse que foi recebido do **Instituto Nacional de Estatística (INE)** um documento que tinha sido disponibilizado aos Senhores Deputados através da Plataforma *Cloud*. Explanou que



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

nesse documento o *INE* revela através de vários gráficos, a situação do concelho de Manteigas em concreto. No seu ponto de vista este tema tinha um conteúdo tão vasto, que podia ocupar uma sessão inteira da Assembleia, só para debater este assunto. Referiu que na sua opinião a demografia e a situação concreta do nosso concelho é extremamente preocupante, para além da população reduzida, temos menos de 25% da densidade populacional da média do país. Aludiu que este é um dado que nos deve preocupar e este é um dos dados que poderá ser recolhido desta informação que foi enviada. Explanou que esta questão entronca com vários setores da vida em Manteigas, sendo que na sua perspetiva era um assunto que todos deviam repensar e até ser agendado numa próxima Ordem de Trabalhos da Assembleia Municipal, para que seja minuciosamente avaliado e refletir-se nas soluções que poderão ser apontadas para tentar minimizar ou resolver esta situação. Questionou se alguém queria usar da palavra para falar sobre os documentos que foram apresentados. Verificando que não havia inscrições para intervir deu como encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

### -----PONTO 2.3-----

#### -----INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS ANTES DA ORDEM DO DIA-----

----- O Senhor Presidente da Mesa deu como aberta as inscrições, verificando a intenção do Senhor Deputado José Lopes em intervir concedeu-lhe a palavra.-----

----- O Senhor Deputado José Lopes no uso da palavra cumprimentou todos os presentes, disse que tinha conhecimento que houve uma Assembleia de Credores da Fábrica das Águas de Manteigas, nesse âmbito disse que gostaria de saber se a Câmara de Manteigas esteve representada e o que se passou em defesa da situação.-----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos solicitou a palavra referiu que nesta sua primeira intervenção pretendia apresentar uma Moção que prendia-se com o Regionalismo e com a autonomia de decisão das Autarquias, que leu e que em seguida se reproduz: -----

#### *“Moção Sobre Transferência de Competências*

*A descentralização administrativa, conforme a CRP – Constituição da República Portuguesa – tem por finalidade assegurar o reforço da coesão nacional e de solidariedade inter-regional e promover a eficiência e a eficácia da gestão pública, assegurando os direitos das populações. Descentralização que envolve, entre outros aspetos, a transferência de atribuições e competências para as autarquias.*

*A transferência de poderes e competências para executar (física e financeiramente) ações, serviços ou investimentos é mera desconcentração – só há descentralização quando a transferência inclui o poder de decidir.*

*A transferência de atribuições e competências dever ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequado ao desempenho das funções transferidas, visa uma melhor e mais eficaz resposta aos direitos, aspirações e necessidades das populações, e*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*não pode consistir, como a prática tem demonstrado, num processo de redução do investimento público e alijamento do ónus de insatisfação e incumprimento para poder local.*

*A solução a encontrar deverá passar por uma verdadeira descentralização de competências, em que o Poder Local democrático se assuma como titular de atribuições e competências próprias, com os inerentes poderes de direção e conformação que faça sentido à luz do princípio da subsidiariedade e complementaridade como forma de melhor responder aos direitos e anseios das populações e que não ponha em causa a universalidade das funções sociais do Estado.*

*Objetivos que exigem, como garantia de coerência do processo, uma delimitação clara das atribuições e competências que envolva os níveis de administração central, regional e local.*

*Devem manter-se no Estado, para além dos que são próprios do exercício da soberania, os poderes que permitam o desenvolvimento estrutural do país e os que coloquem todos os cidadãos em plano de igualdade no acesso aos bens e serviços constitucionalmente garantidos nos domínios económico, social e cultural.*

*A inexistência de autarquias de nível intermédio – as regiões administrativas – que não são substituíveis pelas CIM ou qualquer outra solução inter-municipal, constitui um obstáculo a uma efetiva descentralização que é urgente resolver.*

*Novas competências para as autarquias exigem o preenchimento de condições (financeiras, de autonomia e de organização) para seu pleno exercício, reclamam a reposição de condições para responder às responsabilidades que já hoje detêm, exigem a devolução às autarquias das competências em relação às águas que lhe foram retiradas com a criação dos sistemas multi-municipais. Exigem ainda a reposição das freguesias.*

*A experiência de décadas em que, mais que transferência de competências, se transferiram encargos, obriga à avaliação rigorosa dos meios necessários ao exercício das competências consideradas, a definição do ponto de partida para a fixação do volume de recursos necessários e a verificação de garantias futuras quanto ao regime financeiro.*

*Face aos projetos de diplomas do governo agora concluídos sobre a transferência de competências e sobre a orgânica das CCDR, a AM de Manteigas, reunida a 24/02/2017 delibera:*

- 1. Reafirmar a descentralização como condição essencial para o desenvolvimento local e regional.*
- 2. Reiterar a exigência de criação das regiões administrativas enquanto factor indispensável a um processo coerente de delimitação de responsabilidades entre os vários níveis de administração, a uma reforma democrática de administração, à defesa da autonomia dos municípios.*
- 3. Exigir a eliminação de todas as restrições à autonomia do poder local em matéria financeira, orçamental, organizacional, material e humana.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

4. *Rejeitar qualquer nova transferência de atribuições e competências sem a garantia comprovada da dotação das autarquias com os meios indispensáveis ao seu pleno exercício, presente e futuro.*

O eleito da CDU  
José Manuel Novo de Matos”

----- O Senhor Presidente da Mesa sugeriu que dado o teor e a importância do assunto explanado nesta Moção, fosse tirado cópias deste documento para ser distribuído aos Senhores Deputados, por forma a todos terem acesso ao mesmo. Propôs que a apreciação e votação desta Moção fosse realizada no ponto cinco da Ordem de Trabalhos, pois desta forma daria algum tempo para que os Senhores Deputados tivessem a oportunidade de ler o documento.

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos concordou que a Moção fosse apreciada e votada no ponto cinco da Ordem de Trabalhos.-----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro solicitou a palavra cumprimentou todos os presentes. Mencionou que tinha uma proposta para apresentar ao Órgão Deliberativo. Referiu que no ano em que a Câmara Municipal de Manteigas vai homenagear três instituições ligadas à educação, a referir: a Escola Básica e Secundária de Manteigas; a Escola de Hotelaria de Manteigas; e a Universidade da Beira Interior (UBI), solicitou a inclusão de um voto de louvor à Senhora Professora Maria Adosinda do Chão Melo, que para além de ter sido professora, foi Diretora da Escola do 2.º Ciclo, posteriormente pertenceu à Comissão de Instalação da futura escola do 2.º e 3.º ciclos de Manteigas, atual escola secundária, para a qual desenvolveu muito trabalho.-----

Explanou que a Senhora Professora Maria Adosinda do Chão Melo reformou-se recentemente, sendo que ao ter tido conhecimento desse facto, considerou que devia propor a esta Assembleia este pequeno gesto de homenagem.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa solicitou ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro que redigisse o voto de louvor que tinha proposto, para ser entregue à Mesa da Assembleia, sugeriu ainda que este assunto fosse apreciado e votado no ponto cinco da Ordem de Trabalhos. Tendo o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro concordado.

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria pediu a palavra, cumprimentou todos os presentes. Referiu que a sua intervenção se prendia com o projeto do Geopark, tema que já tinha abordado em sessões pretéritas da Assembleia. Fez alusão a três panfletos relativos ao Geopark, que lhe tinham sido cedidos pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro. Explanou que esses panfletos são informativos, já contêm alguns percursos pedagógicos, imagens, portanto tudo indica que já há alguma atividade no âmbito desse projeto. -----

Questionou se a sede do Geopark já estava definida, se já algum desenvolvimento relativamente



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

a esse assunto. Recordou que a última intervenção que tinha tido sobre esse assunto, foi no sentido de desafiar quer o Órgão Executivo quer o Órgão Deliberativo, a encetar esforços para que a sede fique localizada em Manteigas, uma vez que é no nosso concelho que se localizam o maior número de geosítios e se calhar os mais representativos, como por exemplo o Vale Glaciar do Zêzere. Perguntou se já há recrutamento de pessoal, em que moldes é que vai ser feito, se as pessoas de Manteigas podem também ter alguma janela de emprego através do Geopark.-----

Explanou que os panfletos alusivos ao Geopark continham diversas fotografias, sendo que a maior parte delas são de zonas que pertencem ao concelho de Manteigas e não há qualquer referência a isso. Indicou que tinha conhecimento que o Geopark irá integrar toda uma região. Desconhecia se era possível particularizar ou identificar em que concelho ficam situadas as zonas retratadas nessas fotos, ainda assim no seu ponto de vista deveria fazer-se alguma referência a Manteigas. Afirmou que era necessário estarmos atentos a este pormenor, porque caso contrário qualquer dia Manteigas quase que não tem referência nenhuma, quando detém um património tão rico a nível do Geopark. -----

----- O Senhor José Lopes no uso da palavra referiu que a Moção apresentada pelo Senhor Deputado José Novo de Matos é tão extensa e rica, que gostaria de a poder estudar em casa, com toda a calma, como tal, solicitou que esse documento fosse apreciado e votado na próxima sessão da Assembleia Municipal.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa pediu ao Senhor Presidente da Câmara que prestasse alguns esclarecimentos relativamente aos temas levantados pelos Senhores Deputados, nomeadamente no que concerne ao Geopark. Referiu que a título pessoal, considerava que há pouquíssima informação sobre este assunto, contudo tem-se conhecimento da sua importância, assim como da situação estratégica de Manteigas no meio de todos os concelhos, que envolvem a área do Geopark. Aludiu que sabemos da nossa importância e da nossa riqueza a vários níveis, sendo que todos queremos que a sede seja em Manteigas, queremos ser protagonistas importantes nesta questão do Geopark. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara cumprimentou o Senhor Presidente da Mesa que se encontrava a dirigir a sessão da Assembleia, fez votos que os trabalhos corressem de forma profícua, como sempre têm corrido em todas as Assembleias e na sua pessoa cumprimentou a Mesa, os Senhores Deputados e todos os que estavam presentes.-----

Explicou que ainda não existe Geopark, o que existe é um processo de candidatura junto da UNESCO, deste património que todos consideram que é merecedor de ter distinção mundial como Geopark. Referiu que nesse contexto, como era de conhecimento, foi criada uma Associação da qual fazem parte os Municípios e outras entidades, designadamente a Universidade da Beira Interior e também o Instituto Politécnico da Guarda. Agradeceu ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro, que na sua intervenção fez alusão à homenagem que ia ser feita aos estabelecimentos de ensino, tendo acrescentado que o Instituto Politécnico da Guarda (IPG)





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

também iria ser homenageado.-----

Explanou que essa Associação que foi criada, denominada Pro-Geopark, é uma Associação que está a ser liderada pelo Instituto Politécnico da Guarda, com a colaboração, a nível do ensino, da Universidade da Beira Interior, que associará todos os Municípios que estão articulados com a Serra da Estrela. Informou que esta entidade ainda não tem todos os elementos associados, pois há Câmaras que ainda não conseguiram aderir, de qualquer maneira a Associação tem vindo a funcionar e está a funcionar, no sentido de fazer a recolha de todo o património adequado, necessário, indispensável e existente, para que a Serra da Estrela possa vir a ser considerada Geopark. Informou que ia decorrer em Manteigas uma apresentação sobre este tema, no dia vinte e oito de março, sendo o primeiro Seminário que irá ocorrer neste âmbito. -----

Prosseguiu indicando que tinha que comungar com o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria em dois aspetos: efetivamente os geosítios que irão constituir a grande matéria do Geopark, mais de vinte são do concelho de Manteigas. Disse ser evidente que há vários fatores que irão evoluir, isto vai ser uma Associação e cada elemento irá ter o seu peso. Fez votos de que quem esteja neste processo saiba defender, sem grande veemência, porque é um facto que Manteigas é quem mais participa em termos dos geosítios, que podem constituir um Geopark. Referiu que era de conhecimento que este processo não é assim tão simples, pois cada associado tem direito a um voto, contudo estava convencido que a capacidade de mobilizar e de influenciar a decisão passará exatamente por Manteigas poder ter inclusive a sede.-----

Explanou que como era evidente parados não chegavam a lado algum e por isso mesmo, na semana que antecedeu a data desta sessão tinha tido uma reunião, na Câmara de Manteigas, com a Senhora Presidente da Agência Nacional de Ciência Viva, que veio visitar o possível lugar de instalação da sede do Geopark e veio agremiar já a parte de Ciência de Investigação, que o Município quis demonstrar. Declarou que ainda nada está definido, nem concretizado, tal como já tinha sido mencionado. Neste momento quem está a liderar transitoriamente o processo é o Instituto Politécnico da Guarda, a sede continua a funcionar aí. Informou que ainda não há Quadro de Pessoal, desconhecesse como vai ser feito esse processo. Explanou que era certo que o Município não ia deixar de fazer passar a qualificação de Manteigas no Geopark. Afirmou que na sua opinião Manteigas contribui em muito para a qualificação da Serra da Estrela como Geopark. - O Senhor Presidente da Câmara declarou que o processo não é simples, vai demorar pelo menos cerca de um ano e meio e até lá iam continuar a fazer força para que o Geopark seja uma realidade, sendo que a primeira grande circunstância é ir junto da UNESCO fazer a primeira apresentação deste projeto, fazer a defesa de que a Serra da Estrela tem condições para ser um Geopark. Após esse passo disse que considerava que Manteigas continuava a ser não só a cabeça deste processo, porque tem mais qualificação em termos daquilo que a natureza deu, mas na sua opinião também tinham a “musculação” necessária e suficiente, para defender que a sede do Geopark deve ser em Manteigas. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

No seu ponto de vista o Quadro de Pessoal não é a matéria mais importante neste processo, porque aqui irá constituir-se de facto um ponto de geociência, que terá acima de tudo pessoas altamente qualificadas em termos do conhecimento e pessoas que atraíram outros Geoparks, sejam nacionais ou internacionais. Referiu que a conversa que a Senhora Presidente da Agência Nacional da Ciência teve consigo apontou nesse sentido. Mencionou que se houver no concelho um ponto de geociência, naturalmente que terão aqui pessoas de todo o mundo, que irão fazer a geociência. Considerou que ainda é cedo para todos estarem a reclamar alguma parte, ainda assim deveriam estar todos presentes na próxima reunião e convocatória da Associação do Geopark que será em Manteigas, primeiro para dar relevo à qualidade, segundo para começar a fazer reclamações, ainda sem exigir mas reclamando.-----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro solicitou a palavra referiu que no seu ponto de vista as matérias relacionadas com Geopark já estão mais avançadas, a título de exemplo referiu que já tem cinco Portas estabelecidas, sendo que a primeira Porta começa na Guarda, no Miradoiro do Mocho Real, e não fala de Manteigas, a segunda Porta começa na Vila de Belmonte. Explanou que no *site* oficial são mencionadas atividades como o "*Mercadinho da Montanha*", que decorreu em Oliveira do Hospital em novembro; Conferências sobre a Estrela em Caria, no dia catorze de fevereiro; passeio de observação das aves na praia de Vila Viçosa, no dia vinte e dois de janeiro de dois mil e dezassete; Património e Paisagem, passeio de dois dias, na Porta de entrada do Geopark da Covilhã e porta de saída Geopark da Covilhã.-----

Recordou que no dia seis de junho de dois mil e dezasseis a Associação Portuguesa de Museologia atribuiu um prémio ao Museu Virtual de Manteigas. Aludiu que se visualizarmos o conteúdo que está disponível no Museu Virtual de Manteigas, que foi feito por três jovens ao abrigo do projeto CEI Património, é o mesmo conteúdo que se encontra no *site* do Geopark, assim como se analisarmos os conteúdos que estão disponíveis no Instituto da Conservação da Natureza e Florestas (ICNF) são os mesmos, mas se recuarmos mais longe, aos *Amigos da Serra da Estrela*, que no seu ponto de vista foram os pioneiros no ambiente, os primeiros ambientalistas no sentido positivo do termo e têm talvez os melhores materiais em termos de pesquisa disponível, portanto os conteúdos já estavam criados.-----

Referiu que em termos de recrutamento a única disciplina que não está disponível para recrutamento é Geografia, embora já exista uma ficha de inscrição e há candidaturas ao nível da educação, do *design*, do *marketing*, há candidaturas abertas e já há pessoas a trabalhar. Explanou que tudo isto é muito positivo, é pena que as pessoas que têm desenvolvido trabalhos localmente e que conhecem a Serra como ninguém, não estejam integrados e que Manteigas sirva para servir e não para mostrar este saber fazer, que foi constituído aqui. Afirmou que no seu ponto de vista isso é que estava errado, ou seja há quem esteja a servir-se do que nós temos.-----

Declarou que lamentava que haja uma organização que está a tentar ser creditada pela UNESCO, que pede apoios, que pede parcerias, porque sem isso não seria creditado, mas que se serve de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

conteúdos que já foram pesquisados e que em Manteigas existam pessoas que já há anos que desenvolvem trabalho nesta área e não estejam incluídos neste trabalho. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para esclarecer que todos os concelhos irão ter uma Porta. Referiu que esta Associação Pró-Geopark é uma instituição que está incipiente, ainda nem está devidamente constituída, é liderada pelos dois maiores recetáculos da ciência, designadamente a Universidade da Beira Interior e o Instituto Politécnico da Guarda. Explicou que esta Associação está a começar a dar os primeiros passos, está a receber os impulsos de toda a gente. Indicou que o Conselho Científico partiu do pressuposto que o Instituto Politécnico da Guarda liderava o processo, do qual faz parte a Universidade da Beira, as Câmaras foram convidadas e todas aderiram. Aludiu que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro tinha referido na sua explanação que não se tratava de uma crítica ao processo, declarou que o caminho faz-se caminhando.-----

Mencionou que o que se pretende é a qualificação de todos os geosítios com alta qualidade, sendo que estava convencido de que isso seria possível. Prosseguiu referindo que está a ser feito um estudo científico e estavam a falar de duas entidades onde a ciência tem que ser vista e pragmaticamente seguida no processo científico. Aludiu que quem estudou ciência sabe que a ciência se faz exatamente desta maneira, antes de mais tem de ser preparada uma tese, com todos os pressupostos da lógica para chegar a uma síntese, que é a proposta final. Considerou que todos os processos intercalares são um desafio e quem está interessado na matéria deve contribuir com a sua prestação, mas é um processo que vai de baixo para cima e não o contrário. Frisou que o processo está em evolução, tal como já tinha sido aludido no mês de março ia decorrer a primeira comunicação nesse sentido, estão a desenvolver-se esforços para conseguir elementos necessários e suficientes, para que a UNESCO se pronuncie favoravelmente quanto ao Geopark na Serra da Estrela. Declarou que não tinha dúvidas da qualidade do Instituto Politécnico nem da Universidade da Beira Interior, nem de todos os elementos constitutivos que integram o Conselho Técnico da Associação. Disse que esta é uma Associação em que todos temos de ser uma pertença. Em suma afirmou que ninguém vai ficar excluído deste processo, que vai somando e não vai dividindo e não acreditava que aquilo que foi proposto seja uma divisão, acreditava que concelho irá dar um grande contributo na informação e a nossa constituição vai ser ótima e vai ajudar em definitivo a que este processo vá por diante. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa considerou que este tema é muito importante e por isso deixou um apelo público, que é dever de todos nós, de toda a sociedade de Manteiguense acompanhar todo o processo de candidatura, o processo de formação de dados da Associação e participar com as valências que possamos todos apresentar, transmitindo os nossos conhecimentos e fazendo prevalecer os nossos interesses. Questionou o Órgão Executivo na pessoa do Senhor Presidente da Câmara se o Município tem alguém a acompanhar todo o processo de uma forma mais próxima.-----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Presidente da Câmara respondeu que o Município tem pessoas a acompanhar pessoalmente todo o processo, inclusivamente na semana em que decorreu esta sessão tinham ocorrido uma série de reuniões no sentido de preparar todo o processo, tendo o Município sido convocado para apresentar dois técnicos, que irão integrar as chamadas Portas do Geopark. Informou ainda, que esses técnicos irão ter formação específica para o efeito. Explanou que a geoporta de entrada do concelho de Manteigas será no Centro de Interpretação do Vale Glaciar do Zêzere (CIVGLAZ).-----

Aludiu que a informação vai chegando, vai-se avolumando, é um processo que não acontece de um dia para o outro, mas todos estavam a fazer este caminho com muito interesse. Manteigas vai ter uma Porta de entrada no Geopark, assim como todos os concelhos que faram parte deste projeto. -----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos solicitou a palavra agradeceu as palavras do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro, quando fez alusão à Associação dos Amigos da Serra da Estrela. Explanou que como era de conhecimento ele tinha estado na fundação dessa Associação, fez parte do conceito que depois a Associação colocou em prática. Informou que esta entidade tinha comemorado, há dois dias atrás, trinta e cinco anos da fundação notarial da mesma. Explicou que fundar-se notarialmente é uma coisa, ter prática no terreno é outra, sendo que eles tinham começado ao contrário, primeiro iniciaram com prática comemorando a Expedição Científica de 1881.-----

Recordou que tinha feito parte daquele grupo de trinta pessoas que fizeram a comemoração do centenário da Expedição, só que era importante haver uma Associação que defendesse o ambiente, esta Serra e que tivesse a sua sede em Manteigas, que é o centro geográfico e geológico, portanto o local Geopark é o centro físico, não se pode alterar isto, não pode ser a Guarda, nem Gouveia, nem uma aldeia qualquer de Seia. Referiu que ainda não tinha entendido o conceito de Geopark, porque geo quer dizer terra, mas quando se fala de geosítios também se refere à parte geológica. Considerou que os geosítios não é só a parte geológica, porque se assim fosse apenas abrangeria os três Vales Glaciares que aqui existem, portanto deverá ser a parte geral do que há para preservar em termos de geo (terra).-----

Disse que no seu ponto de vista quer a Câmara Municipal, quer esta Assembleia, quer todas as pessoas residentes em Manteigas ou que lutam pela qualidade desta terra, que é magnífica, que é o centro da Serra da Estrela, têm que ter uma ação perfeitamente determinante e prioritária na constituição e na possível evolução deste Geopark e dos geosítios. Explanou que como era de conhecimento dentro do dito Parque Natural da Serra da Estrela, que se fundou formalmente em mil novecentos e setenta e oito, quatro anos depois do 25 de Abril, o concelho de Manteigas ocupa 80% de toda a reserva quer do tipo A, quer do tipo B, logo podiam dar as voltas que quiserem em termos de política, e dos diversos concelhos que integram este projeto, mas não se pode alterar o facto de Manteigas ser o Centro. Manteigas é a sede em termos naturais, de



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

natureza pura e não estavam a falar do Parque Natural, que inclui também as populações e a sustentabilidade dessas populações, de toda a Serra da Estrela.-----

Elucidou que na prática quando o Parque foi constituído tinha cem mil hectares de área e atualmente foi reduzido para cerca de setenta e cinco mil hectares, mas de qualquer forma não se pode esquecer que Manteigas é o Centro da Serra da Estrela. Aludiu que tem que se demonstrar politicamente, e isso cabe ao Órgão Executivo demonstrar o valor acrescentado desta terra. ----- Disse que ficava muito triste porque já andava a lutar por esta terra há quarenta anos, não era natural de Manteigas, embora familiarmente ou geneticamente estivesse ligado à Serra da Estrela, porque a sua tia tia-avó, que era do Tortosendo, explicava-lhe o que era a Serra da Estrela. Explicou que adormecia a ouvir falar de lobos, pastores, neve, o que o impulsionou, quando terminou o curso de medicina, vir para Manteigas exercer a sua profissão, pela ânsia, pela paixão de perceber se aquilo que a sua tia-avó lhe contava era realmente verdade. Afirmou que esta é a sua verdadeira paixão e é engraçado, porque há uma diferença entre o amor e a paixão, mas quer o amor quer a paixão são volúveis, podem desaparecer, podem ser substituídos por outros objetos de paixão e de amor, mas tinha a felicidade de o seu objeto de amor e paixão não ter desaparecido nos últimos quarenta anos. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria no uso da palavra disse que atendendo a que tinha sido ele a levantar esta questão sobre o projeto Geopark, queria apenas dizer que todas as intervenções que foram feitas nesse âmbito enriqueceram, tinha ficado mais elucidado. Aludiu que o Senhor Presidente na sua intervenção tinha referido que a nossa Porta de entrada no Geopark seria o CIVGLAZ, neste contexto disse que na sua opinião é necessário e urgente rever os conteúdos do CIVGLAZ, completando-os. Declarou que não possuía muitos conhecimentos na área da Geologia, mas o pouco que detinha permitia-lhe afirmar que os conteúdos aí explanados eram muito pobres, tendo em conta o património geológico que o concelho possui. Indicou que eventualmente terá que se pegar nos conteúdos do CIVGLAZ e vocaciona-los mais para o Geopark.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa agradeceu o alerta deixado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, disse que é um reparo que pode ser importante e que merecerá certamente a atenção da Câmara, para melhorar o que temos no CIVGLAZ. -----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara no uso da palavra disponibilizou-se a fornecer as Atas de todas as reuniões que já se realizaram no âmbito do Geopark. Explicou que do núcleo da Associação fazem parte o IPG, a UBI e a ADRUSE, são os organismos constituintes, isto porque há cinco ou quatro parceiros que ainda não conseguiram aderir a esta entidade, que ainda não está constituída pelos nove Municípios. No que concerne às atividades promocionais, disse que tendo em vista o bom sucesso da candidatura que tem que ser apresentada pelo Governo Português à UNESCO, tem toda a formatação da investigação que a vai decorrer durante todo o ano, por parte dos técnicos do IPG, e nesse sentido estão previstos nove seminários, cada um em



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

seu concelho. Informou que o seminário de Manteigas iria realizar-se no dia vinte e oito de março, será dedicado em especial aos alunos do sexto ano, mas estará aberto a toda a população. -----  
Indicou que o acontecimento mais importante do Geopark neste ano, vai acontecer no dia seis e sete de maio, que é a “Conferência da Montanha”, é o momento em que se vão reunir as principais pessoas que estão a intervir em termos científicos, na preparação da candidatura e isto será em Manteigas. Deu conhecimento à Assembleia que já foi feito um vídeo promocional que está a ser muito contestado do outro lado da Serra, porque o vídeo apesar de não ter a palavra Manteigas, 90% das imagens que contém são de Manteigas, por isso há reações negativas da parte de funcionários do CISE de Seia, o que considerou ser normal acontecer nestas concorrências entre territórios. Mencionou que já decorreu um concurso fotográfico, já foram definidos redes de percursos, sendo que o território Manteigas tem sempre uma centralidade nestas atividades.-----

Aludiu que o Senhor Vice-Presidente do IPG tem de algum modo uma palavra mais ativa, porque está no terreno, teve durante uns tempos a trabalhar em Manteigas e tem conhecimento do concelho, que vai além daquele que seria normal. Portanto a Associação está numa fase inicial, incipiente, muita coisa há-de acontecer, muita investigação há-de ser feita, vão ser sinalizados todos os geosítios com uma placa identificativa, tendo afirmado que, infelizmente, é o Geopark que está a substituir o que o Parque não fez durante umas dezenas de anos. Explanou que pretendia que entidades como a ASE e outras similares após esta fase de constituição, venham a aderir à Associação Geopark, mas primeiro é preciso aprovar a candidatura, colocar tudo a funcionar, ser escolhida a sede do Geopark e os Quadros de Pessoal. No que diz respeito ao Conselho Científico já está constituído e já foi divulgado.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara informou que de facto a Associação ainda não tem os Municípios como associados, inclusivamente a ADRUSE teve que substituir as Câmaras nesta Associação, ou seja está como representante dos cinco Municípios que a integram e que ainda não podiam aderir à Associação Geopark, porque antes disso tinham que ter a aprovação do Tribunal de Contas, tal como aconteceu com o Município de Manteigas. Neste sentido explicou que os cinco Municípios propuseram que a ADRUSE fosse a representante imediata deste processo.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra referiu que da abordagem que foi feita nesta sessão sobre o Geopark, concluía que o Município de Manteigas está a acompanhar o processo. Recordou que foi disponibilizada a cedência de Atas das reuniões já havidas, sendo que vão ainda acontecer seminários sobre o tema, esses seminários terão conclusões e nesse sentido solicitou que essas conclusões fossem posteriormente comunicadas ao Órgão Deliberativo, por forma a poder acompanhar o processo e a sua evolução, sobretudo para os Senhores Deputados que residem fora do concelho. Declarou que a obrigação de acompanhar este projeto é de todos, embora a facilidade em estar presente é maior para quem está em



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Manteigas.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara solicitou a palavra para responder à questão suscitada pelo Senhor Deputado José Lopes. Esclareceu que sobre a possível reunião de credores da Fábrica *Da Nascente*, o que houve exatamente foi um leilão relativamente à massa falida, insolvente, com três lotes que foram postos a leilão. Informou que um dos lotes ficou para a *Glaciar*, o lote dois ficou para um cidadão de Manteigas, o Senhor David Sebastião, o lote três que eram os bens móveis ficou também para a *Glaciar*. Declarou que o que houve exatamente foi um leilão da insolvência, com todos os problemas que daí podem advir. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou o Senhor Presidente da Câmara que lotes foram abrangidos nesse leilão. -----

----- O Senhor Deputado José Lopes no uso da palavra referiu que tinha conhecimento que houve duas pessoas interessadas em adquirir a Fábrica, questionou se tal era verdade. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara elucidou que o processo não aconteceu dessa forma, existe um processo em Tribunal, o processo não está com a Câmara Municipal, esta é apenas credora. Explicou que foram feitos lotes, que foram distribuídos desta maneira de acordo com a maior prestação financeira dada a cada um desses lotes em leilão. Aludiu que no seu ponto de vista não concordava que os lotes tivessem sido divididos desta forma, contudo era apenas a sua opinião, sendo que o Administrador da Insolvência resolveu colocar desta forma os lotes em leilão.-----

----- O Senhor Deputado José Lopes questionou se alguém da Câmara esteve presente nesse leilão, dado que há uma dívida *Da Nascente* para com o Município de Manteigas, que se mantém até à data. O Senhor Presidente da Câmara respondeu que a dívida que a *Da Nascente* tem para com o Município é menor em relação à que possui para com outros credores. Explicou que o Município não é chamado para o leilão, foi sim chamado quando os credores entenderam que esta formulação dos lotes podia ser feita desta maneira, após esta fase o Município não tinha que estar no leilão, inclusivamente tal foi realizado para liquidar as dívidas que a empresa *Da Nascente* detinha para com os diversos credores.-----

O Senhor Deputado José Lopes prosseguiu a sua intervenção questionando se a Fábrica tinha sido comprada e se o Município se fez representar nesse leilão, por forma a salvaguardar os interesses da Autarquia. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara explicou que os interesses do Município estavam salvaguardados em processo que decorreu em Tribunal. Elucidou que Fábrica foi vendida em três lotes, foi a leilão e houve alguém que comprou, desconhecia se já tinha sido realizada a escritura, contudo houve alguém que foi ao leilão e apresentou proposta, tendo sido aceite segundo o que tinha conhecimento. Explanou que a dívida que *Da Nascente* detém para com Município é de quarenta mil euros (40.000,00€), o que é uma pequena gota comparativamente com quatro milhões de euros (4.000.000,00€) de dívida que essa empresa possui. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Deputado José Lopes a título de exemplo referiu que as dívidas que o Município de Manteigas possui para com a Empresa *Águas do Zêzere e Côa*, são os Manteiguenses que as estão a pagar, por isso disse que queria tentar compreender o porquê de a Câmara não ser ressarcida de dívidas que têm para com ela. O Senhor Presidente da Câmara respondeu que há uma insolvência e o processo de insolvência não tem nada a ver com a Câmara Municipal, tem a ver com os credores que concordaram com o processo e, portanto, estava resolvido. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa fez alusão que segundo a informação prestada pelo Senhor Presidente houve dois lotes que foram adquiridos pela *Glaciar*, segundo o que se tem conhecimento o antigo proprietário da "*Nascente*", que está em insolvência, é o mesmo da empresa "*Glaciar*". Explicou que a questão que se coloca é como é que o insolvente de uma outra empresa vai adquirir os bens da massa falida. Em suma referiu que não há dinheiro para pagar aos credores, mas há dinheiro para comprar a massa falida. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que a *Da Nascente*, trata-se de uma S.A., ou seja é uma Sociedade Anónima que funciona por ações, como tal desconhece-se quem é o proprietário e quem a representa. Explicou que este procedimento correu com a massa insolvente devidamente contratualizada, e identificada com os credores. Referiu que não concordava com a maneira como se realizou a venda dos bens da empresa *Da Nascente*, no seu ponto de vista devia ser feita a venda conjunta do edifício e do equipamento que está dentro do edifício e que é adaptado ao mesmo. Mencionou que vender o equipamento à parte do edifício tinha-o chocado, contudo esta era a opinião de um mero indivíduo, que teve empresas e que sabe que isto é um bocado esquisito, ainda assim o processo teve um Administrador e os Tribunais e o Sistema Jurídico funcionam autonomamente e assim determinaram. -----

----- O Senhor Deputado José Lopes no uso da palavra referiu que tinha levantado esta questão porque a Câmara Municipal de Manteigas representa o concelho, que é de todos, sendo que havia uma dívida da empresa *Da Nascente* para com o Município já há anos e entendia que não estava salvaguardado que a Autarquia fosse ressarcida. O Senhor Presidente da Câmara afirmou que o Município está salvaguardado nesse processo porque é um dos credores. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou se algum dos Senhores Deputados deseja usar da palavra para intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, verificando que não havia inscrições deu este ponto como encerrado. -----

### -----Período da Ordem do Dia-----

#### ----- PONTO 3.1-----

RATIFICAÇÃO DA COMUNICAÇÃO DE NÃO PARTICIPAÇÃO NO AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL –

----- AFTEBI -----

----- O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém desejava intervir sobre esta matéria. Verificando que não havia inscrições colocou à votação a **ratificação da comunicação de não**





ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

**participação no aumento do capital social – AFTEBI, tendo sido aprovada por maioria com três abstenções.** -----

----- PONTO 3.2 -----

CONHECIMENTO DOS APOISO CONCEDIDOS ÀS FÁBRICAS DA IGREJA PAROQUIAL DE SÃO PEDRO, VALE DE AMOREIRA E SANTA MARIA E AFACIDASE, NOS TERMOS DA AUTORIZAÇÃO PRÉVIA CONCEDIDA PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, EM 16 DE DEZEMBRO DE 2016, POR SEREM

----- COMPROMISSOS PLURIANUAIS -----

----- O Senhor Presidente da Mesa referiu que este ponto era apenas para conhecimento do Órgão Deliberativo. Questionou se os Senhores Deputados desejavam usar da palavra para intervir sobre este assunto, não havendo inscrições deu como encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

----- PONTO 3.3 -----

DELIBERAR SOB A PROPOSTA DO ÓRGÃO EXECUTIVO, A NOMEAÇÃO DE AUDITOR EXTERNO DE ACORDO COM O N.º 1, DO ARTIGO 77.º, DA LEI 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO -----

----- O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém desejava intervir sobre esta matéria. Verificando que não havia inscrições colocou à votação **a proposta do Órgão Executivo, a nomeação de Auditor Externo de acordo com o n.º 1, do artigo 77.º da lei 73/ 2013, de 3 de setembro, tendo sido aprovada por maioria com três abstenções.** -----

----- PONTO 3.4 -----

APRECIÇÃO DOS DOCUMENTOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DA RECEITA E DESPESA E DO MAPA DE FLUXOGRAMAS DE CAIXA -----

----- O Senhor Presidente da Mesa deu como abertas as inscrições dos Senhores Deputados que desejassem intervir sobre este assunto, verificando a intenção da Senhora Deputada Odete Ganilha em intervir concedeu-lhe a palavra. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha no uso da palavra cumprimentou todos os presentes, fez alusão a uma situação, que disse que já algum tempo vinha a verificar, dado que na última página destes documentos, no Sistema de Gestão Documental, é referida uma funcionária com o número 616 – Elisabete Ramos Dias. Explanou que do que tinha conhecimento não tinha sido aberto nenhum concurso para o Município, como tal não entendia o porque de esse documento ter o nome de um funcionário que não pertencia ao Município, quando não houve qualquer tipo de contratação pela Câmara Municipal, solicitou que esta questão lhe fosse esclarecida. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para esclarecer a questão levantada pela Senhora Deputada Odete Ganilha. Referiu que ainda bem que quando se fala em transparência as coisas aparecem desta forma. Explicou que a pessoa em causa trabalhou no Município, fez um estágio profissional, depois foi contratada, tendo integrado os funcionários da Câmara, como tal foi-lhe atribuído um número de funcionário, que já vem de há nove anos. Atualmente, a pessoa em causa é funcionária de uma empresa que presta serviço para o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Município e quando executou essa Informação através do Sistema de Gestão Documental, a mesma veio com o número de funcionário que já detinha desde a altura que era funcionária da Câmara Municipal.-----

Explanou que teve conhecimento desta situação, cerca de oito dias antes da data desta sessão, quando alguém lhe suscitou a questão. Afirmou que a primeira coisa que fez foi não tendo nenhum funcionário no Município com este nome, mas sim uma pessoa que é funcionária de uma empresa que está a fazer um trabalho *outsourcing* para a Câmara Municipal, como tal solicitou ao Senhor Vice-Presidente que imediatamente tratasse do assunto. Explicou que o Senhor Vice-Presidente pediu ao Gabinete de Informática que a situação fosse regularizada, em termos do Sistema de Gestão Documental.-----

Referiu que era uma questão de pormenor, contudo a pessoa em causa não tem qualquer vínculo laboral com o Município, não há ninguém que tenha sido admitido na Câmara Municipal e, portanto, a situação que se verificou nesta Informação foi imediatamente resolvida, assim que teve conhecimento da mesma. Explicou que foi um erro de contiguidade que não devia ter acontecido, mas aconteceu e por isso foi resolvido.-----

----- O Senhor Depurado José Lopes pediu a palavra disse que a sua intervenção ia no seguimento da questão levantada pela Senhora Deputada Odete Ganilha. Referiu que desconhecia se isto está ligado a um concurso público a nível nacional, que foi aberto pela Câmara Municipal há três anos atrás, em que veio uma pessoa fazer um exame aqui à Câmara. Explanou que segundo o que teve conhecimento na altura, essa pessoa teve aprovação na prova escrita, contudo o procedimento de concurso público foi encerrado. Aludiu que nem quem abriu o concurso, nem quem o fechou prestou qualquer satisfação a essa pessoa, a não ser posteriormente quando ele próprio levantou o tema.-----

Indicou que gostaria de ter conhecimento, dado que a abertura do concurso público para admissão de uma pessoa para o Serviço de Contabilidade, foi aprovado por este Órgão Deliberativo e aprovado pelo Órgão Executivo com duas abstenções dos Senhores Vereadores do Partido Socialista. Indicou que desconhecia de quem foi a culpa, contudo foi um processo muito mal conduzido.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra mencionou que o assunto podia ser discutido ou apreciado no ponto cinco da Ordem de Trabalhos, contudo a matéria de discussão deste ponto não tinha nenhuma ligação direta com este assunto, sendo que a questão que foi colocada sobre os documentos em apreciação foi esclarecida. Questionou se mais alguém desejava usar da palavra sobre esta matéria, constatando que não havia inscrições deu como encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos. -----

### ----- PONTO 3.5 -----

#### APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DA MODIFICAÇÃO AO ORÇAMENTO – REVISÃO N.º 1/2017

----- O Senhor Presidente da Mesa perguntou aos membros da Assembleia se desejavam



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

intervir sobre a Modificação ao Orçamento – Revisão n.º 1/2017. Não havendo inscrições para intervir sobre esta matéria colocou à votação a **modificação ao orçamento – Revisão n.º 1/2017** tendo sido **aprovada por maioria com três abstenções**. -----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos pediu a palavra para dar os parabéns ao Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, pela forma como estava a conduzir e a gerir os trabalhos desta sessão. Declarou que isto é que é uma gestão normal de uma Assembleia. O Senhor Presidente da Mesa agradeceu as palavras proferidas pelo Senhor Deputado José Novo de Matos. -----

----- PONTO 3.6 -----

CONHECIMENTO DOS COMPROMISSOS PLURIANUAIS ASSUMIDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016,  
DOS PAGAMENTOS EM ATRASO EXISTENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E DOS  
----- RECEBIMENTOS EM ATRASO EXISTENTES EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 -----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém desejava usar da palavra sobre este assunto, verificando a intenção do Senhor Deputado António Miguel em intervir concedeu-lhe a palavra. -----

----- O Senhor Deputado António Miguel cumprimentou todos os presentes, desejou um bom trabalho ao Senhor Presidente da Mesa, que estava a presidir esta sessão da Assembleia pela primeira vez neste mandato, fez votos de que os trabalhos decorressem de forma profícua. ----- Aludiu que a sua intervenção se prendia com um documento que tinha sido remetido aos membros da Assembleia, mais especificamente com a Declaração de Recebimentos em Atraso, que vem explanada na página um. Avocou que antes de dar início à sua explanação gostaria de deixar bem claro, que a sua intervenção não tinha como intuito que a Câmara Municipal, por reacção, tente alguma acção contra estas pessoas que são devedoras de rendas, de faturas de água, de resíduos. -----

Indicou que não era isso que pretendia, mas gostaria de ser esclarecido e tomar conhecimento de como é que a Câmara Municipal pretende cobrar estes montantes em dívida, uma vez que no seu ponto de vista havia valores explanados nesse documento, que lhe pareciam incobráveis nesta altura. Afirmou que dado que a Câmara Municipal com uns tem sido tão afoita, gostaria de saber se também tem sido afoita e audaz com estes devedores, em que pé é que estão estes processos, se o Tribunal tem conhecimento, sem têm sido negociadas formas de pagamento, uma vez que na sua opinião seria isso que a Câmara deveria de fazer. Explicou que na sua opinião a Câmara devia sentar-se com as pessoas, com estes empresários e negociar com eles uma forma de pagamento, de perdoar juros de mora, fazer planos de pagamento flexíveis e leves. -----

Declarou que de facto um milhão e duzentos mil euros (1.200.000,00€) em dívidas para com uma Autarquia que tem um Orçamento de seis milhões de euros (6.000.000,00€), é sem dúvida um valor bastante pesado. Frisou que a maioria das pessoas que são devedoras à Câmara Municipal, tinham ficado com os espaços municipais através de concurso público, sendo que assim era fácil,



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

porque qualquer pessoa podia chegar ao Município e propor cem mil euros (100.000,00€) por mês de renda sobre o aluguer de um determinado equipamento municipal, dado que não pretende pagar. Referiu que no seu ponto de vista esta não é uma forma correta de estar na sociedade e muito menos no ramo dos negócios. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa de forma a tomar a questão mais clara, disse que segundo o que tinha entendido a pergunta suscitada pelo Senhor Deputado António Miguel é de que forma pretende a Câmara ser ressarcida destes valores ou o que já fez algo para ser ressarcida. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara solicitou a palavra para esclarecer esta questão, aludiu que a maior verba em dívida para com o Município é imputada às Águas do Zêzere e Côa, num processo que correu e que corre em Tribunal, relativamente ao abastecimento de água que vem da Fonte Paulo Luís Martins. Quanto ao de mais, explicou que se tratam de tarifas essencialmente de abastecimento de água e de saneamento. Afirmou que não é posição da Câmara nuns casos ser afoita e audaz e em outros casos parece que é uma molengona, uma incapaz e que trata toda a gente de maneira diferente. Considerou que acusar o Órgão Executivo de tal facto não estava correto politicamente. O Senhor Presidente da Câmara manifestou desagrado pelo facto de a Senhora Segunda Secretária da Mesa ter sorrido perante esta sua afirmação. Tendo referido que não era correto fazer-se isso e a política era séria e que a Senhora Segunda Secretária da Mesa não estava a ter essa postura séria. -----

----- A Senhora Segunda Secretária da Mesa aludiu que tinha o direito de se manifestar e que nada tinha a ver com qualquer falta de respeito da sua parte para com o Senhor Presidente da Câmara. Explanou que o trabalho que é feito pelas pessoas é muito sério e não admitia tal consideração ao Senhor Presidente da Câmara. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara referiu que a sua postura é igual para com todos, disse que eventualmente a Senhora Segunda Secretária da Mesa, deve ter achado alguma vez, que devia ter algum privilégio que não teve, pelo menos da sua parte. Tendo a Senhora Segunda Secretária da Mesa discordado dessa afirmação. -----

O Senhor Presidente da Câmara prosseguiu a sua explanação referindo que todas as dívidas que existem para com a Câmara Municipal de Manteigas têm o mesmo procedimento. Explicou que essas dívidas tratavam-se essencialmente de tarifas de água e saneamento, tendo a Câmara Municipal imputado uma grande dívida às Águas do Zêzere e Côa, sendo esse o montante maior que estava por liquidar com o Município, tudo o de mais segue a circulação normal. Aludiu que na maior parte dos casos as dívidas já ultrapassaram, eventualmente, o prazo de recebimento, isto porque se estava a falar de dívidas sobretudo de faturas de águas e saneamento, que no fim de seis meses prescrevem, mas que continuam em vigor os juros demora, porque essa parte não cessa. Indicou que há casos que estão ao abrigo de Regulamentos concretos, inclusivamente abrangidos por Regulamentos internos, que foram aprovados pelo Órgão Deliberativo, ou seja



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

essas situações estão reguladas de forma específica e completamente diferente, como tal segue-se o que está disposto em Regulamento, quando não têm Regulamento específico seguem este procedimento. -----

Afirmou que este é o procedimento devido, é a obrigação legal da Câmara comunicar à Assembleia as dívidas que existem para com o Município e de quem são. Declarou que tudo está a ser tratado como legalmente se prescreve e que a situação está a ser seguida e legitimada em tudo. Explanou que os Senhores Deputados têm toda a legitimidade para fazer a avaliação e o julgamento que entenderem politicamente, contudo o que este documento tinha explanado é a transmissão das dívidas que existem para com a Câmara Municipal, ou seja significa abertura, visibilidade do que se passa com a Autarquia. Mencionou que esta informação vem à Assembleia, porque a Lei assim o prescreve e a Câmara está a proceder em conformidade. -----

----- O Senhor Deputado António Miguel pediu a palavra, disse que ia colocar a questão de uma outra forma. Explicou que não pretendia apenas referir-se às dívidas de água e saneamento. Aludiu que a Câmara Municipal neste momento tem quatro equipamentos Municipais: o Ski Parque, a Mostra Gastronómica de Sameiro, a Associação Cultural e Recreativa de Vale de Amoreira, e o Bar do Jardim do qual ele é arrendatário. Declarou que todos eram devedores, contudo, enquanto arrendatário do outro quarto equipamento, a Câmara colocou uma ação em Tribunal contra si, onde gastou três mil euros (3.000,00€), sem ser ele o verdadeiro devedor daquele montante, tal como se veio a comprovar, dado que o verdadeiro devedor já assumiu a dívida perante o Município e inclusivamente já a liquidou. -----

Neste contexto, questionou se aos três outros arrendatários de equipamentos Municipais, que têm as suas rendas em atraso, foi também intentada alguma ação em Tribunal, se esses também tiveram que ter despesas com custas judiciais e advogados. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara referiu que se não estão em Tribunal, estão a seguir o procedimento comum, alertou que ao Senhor Deputado António Miguel, na qualidade de arrendatário do Bar do Jardim, a Câmara também lhe tinha perdoado os juros de mora de um processo que já tinha alguns anos. O Senhor Deputado António Miguel esclareceu que esse processo era do anterior arrendatário e que nada tinha a ver consigo. Reiterou a questão, se os restantes processos de dívidas de equipamentos municipais estavam a ser tratados em Tribunal, embora tenha declarado que não é isso que pretende que aconteça, contudo estranhava que a Câmara com uns fosse tão afoita e com outros tão benevolente. -----

O Senhor Presidente da Câmara respondeu que desconhece se os restantes casos estão em Tribunal, mas que todos estavam a seguir o mesmo procedimento e se não fossem sanados teriam que ser dirimidos em Tribunal, contudo não podia admitir que fosse colocada em causa a sua honestidade. Explicou que os processos são analisados e apreciados pelo Gabinete Jurídico, todos os processos seguem até à litigância o procedimento normal. O Senhor Presidente da Câmara questionou o Senhor Deputado António Miguel, através da pessoa do Senhor Presidente



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

da Mesa, se esperava que ele interviesse nessa fase do processo. -----

----- O Senhor Deputado António Miguel aludiu que esperava que o Senhor Presidente da Câmara chamasse as pessoas em causa, reunisse com elas e encontrasse uma forma de elas poderem pagar a dívida, sem terem que gastar dinheiro com advogados, com o Tribunal. Afirmou que é isso que espera do Presidente da Autarquia. O Senhor Presidente da Câmara esclareceu que esse processo de diálogo é realizado com as pessoas antes de se partir para um processo contencioso. -----

----- O Senhor Deputado José Lopes pediu para intervir afirmando que o Senhor Presidente da Câmara estava a reagir a esta situação de uma forma profundamente irritada. -----

----- O Senhor Deputado António Miguel anunciou que ia ausentar-se desta sessão dado que não foi devidamente esclarecido. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa solicitou aos Senhores Deputados que não fizessem intervenções sobre a forma de diálogo, tinham que se inscrever primeiro para depois poderem intervir, porque esse comportamento é o pior que se pode ter quando se quer confrontar ideias e opiniões. Referiu que com esta atitude estavam a faltar ao respeito a toda a Assembleia. O Senhor Presidente da Câmara pediu a palavra para alertar que a política tem ética. -----

O Senhor Presidente da Mesa respondeu que certamente que a política tem ética e a mesma deve ser aplicada a todos. Questionou se mais alguém desejava intervir sobre o assunto deste ponto da Ordem de Trabalhos, verificando a intenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Amoreira em intervir concedeu-lhe a palavra. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Amoreira cumprimentou todos os presentes, indicou que ia *“tirar um bocadinho o casaco”* de Presidente de Junta de Freguesia e membro desta Assembleia Municipal e ia falar na qualidade de Presidente da Direção da Associação Cultural, Desportiva e Recreativa de Vale de Amoreira (ACDR). Explanou que esta coletividade tem rendas em atraso à Câmara Municipal, é um dado público. Mencionou que a Associação tem alguns subsídios retidos precisamente para pagamento das respetivas rendas em atraso e aquilo que está protocolado internamente com a Câmara é que o subsídio paga as rendas. -----

Afirmou que nos últimos tempos tem-lhe sido difícil resolver estas pendências, uma vez que atendendo à sua vida profissional e também Autárquica, a Associação tem sido relegada para um segundo plano e não tinha ninguém que neste momento o acompanhasse para resolver certos processos e determinadas situações. Declarou que esta dívida da Associação não é uma cobrança difícil, até mesmo pelo motivo que já tinha avocado, inclusivamente esta Associação tem tido uma dinâmica, que toda a gente conhece. Explanou que a situação da renda em atraso deve-se a quando houve o fim das obras do respetivo Parque Urbano, em que a Associação Cultural Desportiva e Recreativa de Vale de Amoreira (ACDR) não tinha uma sede própria e a direção em dois mil e oito tentou requerer o edifício que estava nesse Parque Urbano. Disse que tudo o que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

estava ao alcance foi feito para que a Associação ficasse com aquele edifício para sua sede, para um momento de lazer, de convívio, dinamização cultural e social em Vale de Amoreira. -----

Afirmou que o único motivo pelo qual na altura não lhes foi possível ficar com esse edifício, foi por questões políticas, dado que foi em altura de campanha eleitoral, sendo que a Associação teve que apresentar proposta em Hasta Pública. Informou que a Associação concorreu à Hasta Pública e para seu espanto no dia da abertura das propostas, apenas existia a que foi apresentada pela ACDR de Vale de Amoreira. Nesse seguimento, indicou que a Associação está a pagar uma renda à Câmara e se calhar é das poucas Associações que faz isso, para usufruir de um equipamento Municipal. Informou que pagam luz à EDP, pagam a Água à Câmara e frisou que é o único bar de coletividade que tem HACCP (*Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controlo*), que tem controlo de pragas, tudo está dentro da legalidade para a Segurança e Higiene Alimentar. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa agradeceu o esclarecimento prestado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vale de Amoreira. Verificando a intenção do Senhor Vice-Presidente da Câmara em intervir concedeu-lhe a palavra. -----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara esclareceu que no que concerne às dívidas para com o Município, havia casos que estão em processo de insolência, designadamente o Colégio e a *Da Nascente*, há créditos a receber da *Turimanteigas*, sendo que esta empresa tem uma nova gerência, que ao tomar posse veio falar com a Câmara Municipal. Explicou que a *Turimanteigas* tem subsídios do Pró-emprego para receber, assim como, também tem a receber o pagamento de prestação de serviços de refeições, tendo o atual proprietário se prontificado a fazer um plano de pagamentos. Indicou que estavam a aguardar que se faça esse plano de pagamentos, em que ao valor a pagar pela *Turimanteigas* deverá ser abatido o valor que tem a receber do Município. No que concerne à ACDR de Vale de Amoreira, explicou que foi acordado que o valor de subsídio a atribuir pela Câmara a esta Associação serviria para liquidar o valor das rendas, contudo houve no ano transato uma má formalização do pedido de subsídio, que foi mal instruído, e a Câmara não atribuiu esse subsídio no ano transato. Aludiu que estão a aguardar que a qualquer momento isso possa acontecer, no sentido de se fazer contas. -----

No que diz respeito a empresa *Os Saberes e Fazeres da Vila* referiu que é um processo antigo, houve uma não atualização das rendas, o arrendatário veio invocar que teve um prejuízo no edifício provocado pela humidade, sendo que o assunto está a ser resolvido pelos chefes de divisão, para quantificarem e determinarem se os valores dos prejuízos notificados pelo arrendatário cobrem o valor que está em dívida para com o Município. Informou que o arrendatário tinha avocado valores muito superiores aos nove mil euros (9.000,00€) de rendas em dívida, que rondavam os trinta mil euros (30.000,00€) de prejuízo. -----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara prosseguiu mencionando que relativamente à empresa *Os Sabores Altaneiros Aventura e Lazer*, já tinha feito um despacho para o advogado, sendo que à data desta sessão tinha recebido um telefonema, com vista a ser agendada uma reunião, para



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

segunda-feira seguinte, onde estaria presente a jurista do Município e os proponentes. Explanou que estas empresas têm vindo a reduzir os incumprimentos contratuais, que estavam previstos no contrato, nomeadamente os formais, ainda não pagaram nenhuma renda e numa última proposta, sugeriram realizar um investimento nesse equipamento Municipal, que integraria o património da Câmara Municipal, por sua vez o valor do investimento seria abatido ao valor da renda em dívida. Explanou que o investimento trata-se da construção de bungalows, que só poderão ser executados caso o Plano de Pormenor para aquela zona seja aprovado. -----

----- O Senhor Deputado José Lopes pediu a palavra disse que se pretendia dirigir ao Senhor Presidente da Câmara de Manteigas, na pessoa do Senhor Presidente da Mesa. Indicou que o Senhor Presidente da Câmara tem filhos, assim como ele também tinha, explicou que nesse seguimento tinha investido na criação de um negócio para o seu filho, tal como qualquer pai o faria. Indicou que no âmbito de uma candidatura ao Pró-Emprego a Câmara concedeu ao seu filho um subsídio, no montante de seis mil euros (6.000,00€), que foi pago em tranches, contudo esse negócio não vingou e teve de ser fechado, nesse contexto teve de ser devolvido dinheiro do subsídio já pago pelo Município. -----

Considerou que efetivamente era correto o seu filho devolver o dinheiro, para esse efeito declarou que ele enquanto pai teve que ir pedir dinheiro emprestado a outra pessoa, porque nem sempre se tem cerca de quatro mil euros (4.000,00€) disponíveis para se restituírem. Afirmou que embora a Câmara tivesse que fazer cumprir a Lei, devia de olhar um pouco mais para as pessoas e podia ter levado este assunto a sessão de Câmara. Afirmou que ele enquanto Homem de palavra quis pagar a dívida, inclusivamente, solicitou que fosse concedido um prazo para liquidar esse montante ou o mesmo ser negociado, disse que este processo podia ter sido conduzido de outra forma, no entanto teve que arranjar esses três mil e oitocentos euros (3.800,00€) e pagar ao Município. Declarou que ficou profundamente chocado pela forma como a Câmara conduziu este processo. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra indicou que não respondia ao pai, mas ao requerente do subsídio do Pró-emprego e nesse seguimento indicou que houve uma audiência prévia antes de se chegar à conclusão. Declarou que o Regulamento não tem nenhuma insuficiência ao nível da situação. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares solicitou a palavra, referiu que neste contexto de dívidas de rendas ao Município, não podia deixar passar em claro uma intervenção que tinha realizado na sessão da Assembleia de fevereiro de dois mil e dezasseis e que consta do Livro de Atas, na página 632, em que solicitou que fosse agendado para a sessão seguinte um ponto, para poder ser discutido o contrato que tinha sido realizado para exploração do Complexo da Relva da Reboleira. Recordou que na altura requereu ao Senhor Presidente da Mesa que fosse discutido pelo Órgão Deliberativo, o contrato que foi feito com a empresa que agora veio à colação, a propósito da dívida das rendas, porque no seu ponto de vista o Órgão Deliberativo tendo





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

autorizado este concurso da forma como foi feito, devia ter uma palavra a dizer sobre aquele equipamento e a forma como está a ser gerido.-----

Invocou que todos os Senhores Deputados têm alguma responsabilidade a partir do momento em que são chamados a dar o seu aval àquela situação. Declarou que não se sentia confortável com a situação que se passa naquele equipamento Municipal. Disse que era pena que o Senhor Deputado António Miguel já se tivesse ausentado desta sessão, contudo já há um ano atrás que tinha chamado a atenção para esta situação e ainda continuava à espera que o assunto fosse analisado por este órgão Deliberativo.-----

Solicitou ao Senhor Presidente da Mesa, que nesta sessão estava a presidir a Assembleia Municipal, que exerça a sua pressão natural, para que possam discutir este problema sem tabus, independentemente de o visado ser o filho do Senhor Engenheiro Lemos Santos. Pediu desculpa pela forma como abordou essa situação, contudo considerou ser do interesse de todos, que os equipamentos municipais funcionem bem e o funcionar bem não é necessariamente a Autarquia ter lucro com os equipamentos, pode passar pela criação de empregos, pelo desenvolvimento do concelho e do retorno através de outras situações, como chamar turistas para o concelho. -----

Explanou que no seu ponto de vista o importante não é o quanto os arrendatários devem ao Município, mas o que é que pode ser feito para melhorar, sendo esse o repto que deixava a propósito da discussão que veio à colação, que na sua opinião não dignificava nenhum dos presentes, mas o que estava dito estava dito, disse que deixava apenas o repto.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa no uso da palavra referiu que o que podia acrescentar sobre este assunto era algo que ao longo destes anos sempre tinha feito. Declarou que não se deve pôr isto na primeira pessoa e na sua opinião quando isso acontece comete-se o primeiro erro. Afirmou que isto é uma Assembleia Municipal, é um órgão que participa muito da vida da Autarquia e como tal, nunca se deve permitir escorregar entre comas, obviamente isso aconteceu e falou-se desta forma. Explanou que tinham que falar em termos coletivos, é dessa forma que entendia que deve ser a participação dos membros da Assembleia. Considerou que quem não o fizer desta forma, não estará a ir pelo caminho certo, pois não conseguirá nunca fazer valer a perspectiva que tem, por muita razão que possa ter. -----

Aludiu que se algum dos Senhores Deputados pretender que seja inscrito um ponto na Ordem de Trabalhos, com os meios que hoje temos ao dispor isso faz-se em duas linhas, num minuto ou dois e todos tinham conhecimento disso, é muito simples bastava dizer: *“Senhor Presidente agradeço que ponha na próxima Assembleia Municipal este ponto na Ordem de Trabalhos; envie a documentação; forneça a documentação”*. Aludiu que desta forma a informação que tiver que ser prestada é facultada, mas era desta maneira que deveriam agir, em vez de simplesmente *“dizer para o ar”* o que pretendem, porque por essa via não sabiam se o pretendido ia ser atendido ou não. Declarou que se deve fazer as coisas de uma forma transparente, frontal, ninguém é mais honesto do que ninguém e os assuntos serão abordados, com a sabedoria que cada um tiver para



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

os expor. Disse que era esse apelo que que deixava e que gostaria que todos o fizessem.-----

----- A Senhora Segunda Secretária da Mesa pediu a palavra, cumprimentou todos os presentes, disse que na sua opinião o Senhor Presidente da Mesa tinha falado muito bem. Declarou que todos os membros da Assembleia estavam aqui no exercício de um mandato, sendo que um mandato exerce-se em nome e por conta de alguém, os membros da Assembleia exerciam-no em nome e por conta do povo, pelo que deviam trazer os assuntos do povo a esta Assembleia.-----

Afirmou que sempre fez questão de respeitar este mandato e nunca trazer questões que sejam suas, ainda que pelos vistos isso não tenha sido assim entendido. Considerou que devem-se pautar acima de tudo por uma atuação cordial, não devem fazer observações pessoais a ninguém, até porque cai-se no descrédito. Informou que as observações pessoais na gíria jurídica são chamadas de o argumento *ad hominem* – o argumento contra o Homem, que também pode ser uma mulher, mas chamemos-lhe Homem em sentido universal e na gíria jurídica também só se usa o argumento contra o homem, que também pode ser uma mulher, quando não temos razão nenhuma nos factos. Portanto quando não temos razão nenhuma nos factos atacamos o Homem, que também pode ser a mulher, e quem usa ou quem lança mão do argumento *ad hominem* geralmente cai no pior da argumentação, que é não ter razão nenhuma. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou se mais alguém desejava usar da palavra para intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, verificando que não havia inscrições deu este ponto como encerrado. -----

### ----- PONTO 3.7 -----

TOMAR CONHECIMENTO DOS RELATOS NECESSARIAMENTE SUCINTOS DOS REPRESENTANTES DESTA ASSEMBLEIA MUNICIPAL NAS DIVERSAS COMISSÕES NOMEADAMENTE: CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, COMISSÃO MUNICIPAL DE DEFESA DA FLORETA CONTRA INCÊNDIOS, CONSELHO LOCAL DE AÇÃO SOCIAL DE MANTEIGAS, CONSELHO CINEGÉTICO E DA CONSERVAÇÃO DA FAUNA MUNICIPAL, COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS, ASSEMBLEIA INTERMUNICIPAL DA CIM BEIRAS SERRA DA ESTRELA, DO CONSELHO MUNICIPAL DA JUVENTUDE E DA COMISSÃO MUNICIPAL DE TOPONÍMIA. -----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos no uso da palavra disse que antes de se dar início à discussão deste ponto queria apenas esclarecer uma dúvida. Referiu que sabia que este ponto era apenas para a Assembleia tomar conhecimento dos relatos dos representantes da Assembleia nas diversas Comissões e Conselhos, contudo ele só tinha recebido dois relatórios. Questionou se efetivamente só foram remetidos esses dois relatórios ou se foi ele que não tinha recebido os restantes. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa esclareceu que apenas foram remetidos dois relatórios. Verificando a intenção do Senhor Deputado Nuno Soares em intervir concedeu-lhe a palavra. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares no uso da palavra referiu que se sentia na obrigação de intervir, porque este ponto foi agendado por sua solicitação na sessão de setembro do ano em



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*[Handwritten signatures]*

curso. Explicou que na altura pediu para que na sessão seguinte fosse agendado esse ponto, contudo foi acordado que seria discutido na sessão de fevereiro, dado que a reunião de dezembro tinha uma Ordem de Trabalhos bastante densa. -----

Explanou que não ficou admirado com a questão levantada pelo Senhor Deputado José Novo de Matos, porque o seu pedido foi feito exatamente por não haver feedback por parte dos representantes. Recordou que na primeira sessão deste mandato da Assembleia Municipal, foram eleitas uma série de pessoas para representar a Assembleia em vários Órgãos e até ao momento não tinham obtido feedback absolutamente nenhum e pelos vistos continuavam a não ter. Explicou que era exatamente aqui que queria chegar quando pediu o agendamento deste ponto.--- Recordou que logo na altura em que foram eleitos os representantes da Assembleia nesses organismos, alertou para o facto de que elegerem pessoas que nem sequer fazem parte desta Assembleia, por muito mérito que elas tenham e não estava em discussão a nominalidade, mas sim aquilo que depois ia acontecer no exercício das suas funções, mas o facto de não pertencerem à Assembleia leva a que isto aconteça facilmente, que não estejam presentes para prestar contas do que fizeram no interregno entre cada uma das cinco reuniões que o Órgão Deliberativo tem por ano.-----

Explanou que tinha sido eleito em simultâneo como o Senhor Presidente da Mesa para representar o Município de Manteigas na Assembleia Intermunicipal da CIM e têm ambos tido o cuidado de na sessão seguinte, prestarem resumidamente informação à Assembleia, do que se passou no âmbito das suas funções. Declarou que sempre o fizeram e irão continuar a fazê-lo.-----

----- O Senhor Presidente da Mesa interrompeu a intervenção do Senhor Deputado Nuno Soares, para o questionar se a informação que pretendia prestar dizia respeito ao Conselho Municipal de Educação. Porque se fosse relativa à CIM Beiras e Serra da Estrela seria melhor essa intervenção ser feita quando fosse analisado esse assunto. Sugeriu que fosse apreciado ponto a ponto para agilizar melhor o processo, porque caso contrário seria uma amálgama que ninguém se iria entender. Tendo o Senhor Deputado Nuno Soares pedido desculpas, porque tinha entendido o ponto como generalizado. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa prosseguiu a sua intervenção, referiu que o Conselho Municipal de Educação, na pessoa do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, tinha feito chegar uma Informação à Mesa da Assembleia, que em seguida se transcreve: -

*“Dando resposta à solicitação apresentada na última Assembleia Municipal de Manteigas, pelo Deputado Senhor Nuno Soares, informo V.Exa. dos trabalhos desenvolvidos pelo Conselho Municipal de Educação, do qual faço parte, por eleição da Assembleia Municipal de Manteigas.*

- Reunião em 07012014, com a seguinte ordem de trabalhos:

a) *Apreciação do relatório do representante do Ministério da Educação sobre o funcionamento do sistema educativo;*



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

b) *Balanço do 1º período do ano letivo 2013/2014.*

- *Reunião em 23/04/2014, com a seguinte ordem de trabalhos:*

a) *Balanço do 2º período do ano letivo 2013/2014;*

b) *Análise da informação da DGEstE de reordenação da rede escolar para o ano letivo 2014/2015.*

- *Reunião em 20/01/2016, com a seguinte ordem de trabalhos:*

a) *Balanço do 1º período do ano letivo 2015/2016;*

b) *Aprovação do regimento interno.*

- *Reunião em 10/11/2016, com a seguinte ordem de trabalho:*

a) *Balanço do ano letivo 2015/2016;*

b) *Informações sobre o início do ano escolar;*

c) *Apresentação de propostas do “Projeto educativo municipal”*

d) *Plano de combate ao abandono e insucesso escolar na área territorial da CIM BSE.”*

---

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém desejava intervir sobre este assunto. Verificando que não havia inscrições prosseguiu para a Informação prestada pela Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios, através da pessoa do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria, que em seguida se reproduz: -----

*“Na qualidade de representante da Assembleia Municipal na Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra Incêndios, venho pelo presente e para os devidos efeitos informar, embora que sumariamente, da reunião havida a 22 de novembro último, com a seguinte ordem de trabalhos:*

- 1- *Incêndios florestais 2016;*
- 2- *Proposta de adenda ao PMDFCI a 2017;*
- 3- *Outros assuntos de interesse.*

*Relativamente ao ponto 1, foram analisados os incêndios que ocorreram, em 30, 31 de julho e 01 de agosto na freguesia de São Pedro em que a área ardida foi de 151 ha. E o incêndio a 31 de Julho e 01 de agosto na freguesia de Sameiro, neste a área ardida foi de 255 ha, através dos meios áudio visuais foi feita uma apresentação sobre essas áreas ardidas. Sendo que no incêndio da freguesia de São Pedro a área ardida é maioritariamente Baldia e na freguesia de Sameiro a área ardida é maioritariamente particular. Estas áreas estavam bastante “sujas” estava cheia de matos, o que contribuiu para uma rápida progressão dos incêndios. No combate a estes incêndios o disposto terrestre foi forte e estiveram todos os meios aéreos disponíveis. O primeiro incêndio terá causa negligente e no segundo intencional. Foi ainda referenciado a importância que a Rede Primária existente a área onde deflagrou o incêndio de Sameiro teve no combate ao mesmo incendio, na zona de São Lourenço foi mesmo na linha da rede Primária que se travou o incêndio.*



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

*Relativamente à prevenção, foi dito ainda que, o Plano de Defesa da Floresta contra incêndio é um instrumento de prevenção e está-se a trabalhar nele, como por exemplo tornado a rede primária mais linear, ao percorrer a rede viária, as linhas de água, para melhor manutenção. A prática da silvicultura preventiva as plantações de arvoredo que se têm feito já têm a preocupação e planeamento de reduzir as espécies mais combustíveis e introduzir outras com menos matéria combustível, como por exemplo, ainda este ano através de uma candidatura plantaram-se quarenta e seis mil carvalhos no Corredor dos Mouros.*

*Relativamente ao ponto 2, foi dito que, a proposta de adenda prede-se com candidaturas ao POSEUR, uma vez que foram candidatas ações em parcelas que não estão previstas no PMDFCI, foram apresentadas essas candidaturas e o seu enquadramento no plano. No entanto ficou sem efeito a proposta de adenda uma vez que, mesmo a comissão a deliberar favoravelmente a inclusão desta adenda tem que ser Lisboa a promulgar, uma vez que, a alteração é com esta comissão mas a revisão é com o ICNF em Lisboa. Assim ficou sem efeito este ponto da ordem de trabalhos, mas ficaram consideradas as candidaturas que têm ações previstas no atual PMDFCI.*

*Relativamente ao ponto 3 foi dito que o Plano de fogo controlado está a terminar e o novo plano será elaborado com método e rigor com todas as alterações necessárias incluindo os mosaicos.”*

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém desejava usar da palavra para intervir sobre esta Informação. Não havendo inscrições passou de imediato para o relatório do Conselho Local de Ação Social (CLAS), tendo concedido a palavra ao seu representante, o Senhor Deputado José Lopes. -----

----- O Senhor Deputado José Lopes explanou que no seguimento da intervenção do Senhor Deputado Nuno Soares, também ele tinha ficado até à data desta sessão, à espera do tal feedback de quem preside o Conselho Local de Ação Social. Explicou que tinha ocorrido uma primeira reunião logo ao fim de três meses de ter sido eleito como representante da Assembleia neste Conselho, onde foi exposta a parte do serviço da Santa Casa da Misericórdia e esteve presente o Senhor Miguel Carvalhinho que expos umas fotografias. Aludiu que após essa reunião até à data desta sessão nunca mais foi chamado, como tal considerava que Manteigas devia de estar bem nesse aspeto. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou o Senhor Presidente da Câmara se o CLAS tem reunido, dado que o Senhor Deputado José Lopes tinha avocado que não foi chamado, se o CLAS reuniu e o Senhor Deputado não foi chamado, qual o motivo disso ter acontecido.-----

----- O Senhor Presidente da Câmara disse que considerava que certamente já tinha havido outras reuniões, até porque estava-se a falar desde o ano de dois mil e treze, em que estava ainda a decorrer na Santa Casa da Misericórdia uma ação, já houve algumas reuniões depois disso, já foram enviados documentos para os elementos do CLAS se pronunciarem designadamente sobre o Diagnóstico Social. Declarou que neste momento da sessão não tinha as



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

respostas para poder esclarecer sobre este assunto. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa disse que deixava a pergunta à Câmara para futuros esclarecimentos e agradecia que pontualmente fosse informado o Senhor Deputado José Lopes e também a Assembleia Municipal da ação deste Conselho. Não havendo mais inscrições para intervir sobre o Conselho Local de Ação Social, passou de imediato ao relato do Conselho Cinegético e da Conservação da Fauna Municipal. -----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos questionou quem era a pessoa que representava este Conselho. O Senhor Presidente da Mesa respondeu que em representação da Assembleia, neste Conselho, tinha sido eleito o Senhor Nuno Biscaia Fernandes. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro solicitou a palavra, referiu que não concordava com o Senhor Deputado Nuno Soares, quando disse que os representantes da Assembleia nos diversos organismos deveriam ser elementos do órgão deliberativo, porque forçosamente há pessoas que são especialistas, que possuem determinados conhecimentos em vários campos e que não pertencem à Assembleia. Considerou que não custava nada quando este assunto foi agendado, comunicar às pessoas interessadas para tomarem conhecimento e apresentarem os devidos relatórios. Explanou que no seu ponto de vista a Mesa da Assembleia devia ter notificado as pessoas para esse efeito, de modo a poderem nesta sessão fazer uma apreciação mais global e mais concreta do objeto. Referiu que há pessoas que não foram informadas que tinham que apresentar esse relato. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa agradeceu o esclarecimento prestado pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro. Declarou que sobre este Conselho Cinegético a Assembleia não tinha qualquer informação sobre o seu funcionamento. Não havendo inscrições para intervir sobre este Conselho passou para o relato da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens. (CPCJ) -----

----- A Senhora Segunda Secretária da Mesa solicitou a palavra, aludiu que estavam presentes nesta sessão as Senhoras Deputadas Ana Catrina Vinagre e Odete Ganilha, que são também membros da CPCJ. Explanou que no seu ponto de vista não podiam, nem deviam prestar esclarecimentos a esta Assembleia, com todo o respeito que este Órgão Deliberativo merece, isto porque exerciam as funções com total independência desta Assembleia, sendo essa a natureza jurídica da CPCJ. Recordou que de qualquer forma, tal como o Senhor Deputado Nuno Soares, que também foi em tempos membro da CPCJ, tinha referido e bem, a própria CPCJ envia um relatório anual à Assembleia Municipal. Portanto não deveriam ser prestados esclarecimentos sobre a CPCJ, salvo o devido respeito por opinião diversa, dado que existia esta contingência. ----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos questionou caso exista alguma regularidade no envio desse relatório, em que época do ano é remetido à Assembleia Municipal. A Senhora Segunda Secretária da Mesa respondeu que considerava que era em janeiro. -----  
Neste contexto o Senhor Deputado José Novo de Matos referiu que se o relatório é enviado em



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

janeiro, à data desta sessão, em fevereiro, a Assembleia Municipal ainda não tinha tido conhecimento do mesmo, o que não se compreendia. -----

----- A Senhora Segunda Secretária da Mesa esclareceu que o relatório é elaborado pela CPCJ, não é feito por um dos Deputados individualmente. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganinha solicitou a palavra pediu desculpa por não ter enviado o relatório, mas por motivos familiares disse que lhe foi impossível. Referiu que não concordava muito com a Senhora Segunda Secretária da Mesa, porque julgava que de uma forma geral e genérica poderia dar alguma informação, que será pertinente e que nada irá ultrapassar o fundo da CPCJ. Aludiu que tinha uma informação bastante sumária do que tem sido feito e tratado recentemente, tal como a manutenção do Trilho dos Direitos das Crianças, inclusivamente na próxima reunião iam fazer trabalho de campo, iam fazer o próprio trilho para ver o que é necessário. -----

Informou que no mês de janeiro foi realizado o tal relatório das atividades de dois mil e dezasseis, bem como o Plano de Ação de dois mil e dezassete. Comunicou que essas atividades incluem sempre a representação em questão, sendo que na última reunião realizada no mês de fevereiro o foco essencial foi sobre a estruturação do Diagnóstico, que será realizado. Salientou que uma das batalhas é precisamente a falta de apoio da CPCJ Nacional, que julgavam e assim faziam votos que acontecesse, que seja ultrapassado esse obstáculo com as novas equipas que foram descentralizadas, pertencendo Manteigas a Aveiro. Declarou que a nível pessoal tem-lhe sido um bocado difícil fazer-se representar na CPCJ, dado que as reuniões ocorrem duas vezes por mês. Indicou que até à data, sempre teve sorte de as Instituições para as quais tem laborado lhe permitirem estar presente nessas reuniões, no entanto tem conhecimento de que é uma situação muito difícil. -----

----- A Senhora Deputada Ana Catarina Vinagre pediu a palavra cumprimentou todos os presentes, disse que a sua intervenção ia no sentido de apenas complementar o que foi dito pela Senhora Segunda Secretária da Mesa em termos de contexto. Aludiu que efetivamente poderá haver determinados assuntos que não podem ser expostos a este Órgão Deliberativo, inclusivamente, tal foi-lhes comunicado pela própria Presidente da CPCJ, sendo que seria ela que teria que justificar essa questão a esta Assembleia. Prosseguiu indicando que a Senhora Deputada Odete Ganilha tinha feito um espelho dos últimos meses da atividade da CPCJ. ----- Declarou que o seu contributo direto foi na organização de ações de sensibilização e de formação para o pré-escolar, nomeadamente em ações de sensibilização para uma parentalidade positiva. Indicou que atualmente também faz parte do grupo de trabalho de recolha de dados para o Diagnóstico Infantojuvenil. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa agradeceu os relatos feitos pelas Senhoras Deputadas sobre a CPCJ. No que concerne Assembleia Intermunicipal da CIM BSE, referiu que os representantes da Assembleia Municipal de Manteigas nesse organismo era ele próprio e o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Senhor Deputado Nuno Soares. Declarou que ambos estiveram a falar sobre este assunto e decidiram que cada um faria a intervenção que considerassem mais pertinente, sem acrescentar ou querer sobrepor algo. Alegou que a pessoa mais indicada ou mais bem posicionada para prestar esta informação, sobre a CIM BSE, à Assembleia Municipal é o representante do Município de Manteigas no Conselho Executivo, que disse ser o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Dr. José Manuel Biscaia.-----

Informou que em março do ano transato houve a aprovação das Contas de dois mil e quinze, tendo declarado que acharam que eram umas constas tão somenos, porque tratavam-se de quinze Municípios que abrangem esta entidade e foram tão minimalistas as Contas, que apesar de denunciadas, repetiram-se no orçamento no final do ano de dois mil e dezasseis para dois mil e dezassete. A considerar disse que o valor do Orçamento não chega a um milhão e quatrocentos mil euros (1.400.000,00€), reiterou que estavam a falar de quinze Municípios, isto comparado com o Orçamento do Município de Manteigas não tem nada a ver connosco. Informou que por sua vez a receita prevista, que não está garantida, é uma previsão para dois mil e dezassete, não chega sequer aos cinco milhões (5.000.000,00€) para os quinze Municípios. Referiu que podia-se fazer uma divisão matemática muito simples, errada obviamente à partida, porque não é assim que se fazem as contas, mas que podiam ver o que é que cabe a cada Município. -----

Aludiu que entendiam que por circunstancialismos, que podem ser justificados e eles vão sendo justificados nas Assembleias, a CIM particularmente não existe, é aquilo que podiam depreender. Disse que não queria alongar-se mais nesta explanação, porque o Senhor Deputado Nuno Soares também terá a sua intervenção para fazer sobre este tema. Informou que em setembro tiveram ainda a apresentação na Torre do Projeto Teleféricos, a situar no concelho da Covilhã e no concelho de Seia, tendo afirmado que tinha-se apercebido claramente do alinhamento completo que existia entre a Câmara de Seia e a Câmara da Covilhã, estava tudo feito à medida, se fossem a um alfaiate não conseguiam fazer um fato melhor.-----

Mencionou que todos têm interesse no desenvolvimento do Município, mas não partilham deste tipo de comportamentos, porque eles não beneficiam nem Seia, nem a Covilhã, explanou que Gouveia nem sequer foi achada e muito menos Manteigas. Aludiu que tal como já tinha sido falado, no momento em que se abordou o tema do Geopark, Manteigas é o Centro da Região, neste seguimento afirmou que não se pretende o protagonismo, quer-se apenas o valor que o concelho merece.-----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares no uso da palavra referiu que no que concerne à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, apenas queria fazer um pequeno parêntese. Indicou que de facto tinha feito parte dessa Comissão e ao longo do tempo esta Assembleia tem apreciado, não votado, porque não faz parte das suas competências, mas faz parte da legislação em vigor que a CPCJ anualmente, em janeiro, submeta à apreciação da Assembleia Municipal o Relatório de Atividades da CPCJ, sendo que tem sido apreciado por este Órgão Deliberativo na





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

sessão de fevereiro. Aludiu que pretendia no ponto seguinte da Ordem de Trabalhos questionar o motivo desse assunto não ter sido agendado para esta sessão, contudo já tinha ficado elucidado. Referiu que pelos vistos há uma divergência de opiniões sobre a apreciação, que deve ser feita pela Assembleia Municipal desse Relatório, sendo que tal apreciação ficará para ser abordada em outra sessão, mas de facto até ao ano transato foi sempre feita essa apreciação, durante estes cinco ou seis anos de existência da CPCJ em Manteigas. Referiu que haverão de chegar a um consenso sobre a matéria.-----

No que concerne à CIM BSE indicou que a sua intervenção ia no sentido de complementar o que estava a dizer logo no início deste ponto da Ordem de Trabalhos e que o Senhor Presidente da Mesa acabou de referir. Recordou que já não estavam no início do mandato e efetivamente, cada vez mais se apercebiam e começava a avolumar-se alguma mágoa, pelo facto de a CIM BSE não estar a funcionar como achavam que deveria estar já nesta altura. Explicou que a CIM BSE tem uma particularidade e uma dificuldade, que advém da própria constituição. Recordou que havia as anteriores Comunidades Intermunicipais, sendo que a CIM Beiras e Serra da Estrela é a única que resultou da fusão de duas CIM's que já existiam, da CIM Serra da Estrela, que é Gouveia, Seia e Fornos e da outra CIM da qual Manteigas já fazia parte. Declarou que isto levou a uma grande confusão jurídica na constituição, levantou uma dificuldade tremenda para a própria legalização da CIM, o que originou que todo o processo da CIM BSE se tenha atrasado.-----

Informou que levou mais de um ano a que tudo entrasse na normalidade, normalidade que as outras CIM's já conheciam desde o início do mandato, porque após a alteração legal as outras CIM's, como não tiveram alterações de territórios, puderam começar desde logo, com a nova lei a trabalhar no Portugal 2020, na altura ainda nem sequer havia denominação, mas puderam desde logo começar a trabalhar. Aludiu que a CIM BSE teve esta dificuldade na constituição, que levou a que tudo depois se atrasasse, partimos depois de toda a gente, não houve acordo na eleição dos Secretários Executivos na CIM, o que originou um segundo atraso. Explanou que estes atrasos fizeram com que tivessem passado, uma parte significativa do início das candidaturas ao Portugal 2020 neste impasse, entre a constituição e a entrada em funções dos Secretário Executivos. -----

Informou que como não houve um entendimento na votação dos Secretários Executivos, entrou primeiramente em funções o Senhor Engenheiro Ruas, como Secretário Executivo, com o acordo de entrar mais tarde o Senhor Dr. António Carlos como outro Secretário Executivo, que assumiu funções em setembro do ano transato. Explicou que estes foram os dois eleitos, mas o Senhor Dr. António Carlos apenas entrou em funções, após a assinatura do Protocolo de Execução entre a CIM e a CCDR, porque entendeu-se que apenas nessa altura haveria trabalho para ter dois Secretários Executivos. Em suma referiu que levaram mais de metade do mandato nesta confusão entre constituição, eleição, tomada de posse e execução a sério, por outro lado o Portugal 2020 que já devia de estar a meio da execução, também tem apenas um pequeníssima execução. Referiu que em breve estarão no 2020, mas a falar do 2023 ou do 2024, porque o



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Quadro Comunitário provavelmente não será encerrado antes disso. -----

Avocou que tal como o Senhor Presidente da Mesa tinha referido, os Orçamentos continuam a ser perfeitamente minimalistas, o que é palpável da execução da CIM em termos físicos é diminuto, dado que estavam a falar de verbas que não chegam a um milhão de euros (1.000.000,00€) para toda a CIM. Indicou que se não estava em erro, em nenhum dos anos a CIM BSE chegou a um milhão de euros (1.000.000,00€) de execução, o que considerou que isto a dividir por quinze Município eram tostões e não podiam esquecer que estavam a chegar ao fim do mandato, o que necessariamente implicará que daqui por seis meses a CIM ficará novamente em “*águas de bacalhau*”. Recordou que é o segundo mandato que estava na Assembleia Intermunicipal e sentia uma mágoa tremenda. -----

Explanou que a certa altura do mandato anterior e com a anterior configuração, parecia que isto ia ter algum desenvolvimento, que a CIM ia ser importante para os Município que a integram e que iria trazer algumas condições para a melhoria das condições de vida das nossas populações. Disse que a verdade é que, com o esvaziamento que foi feito das competências que lhe tinham sido dadas inicialmente, para execução e acompanhamento das candidaturas do Quadro Comunitário, que saiu das CIM's e voltou para as CCDR's, as CIM's ficaram vazias. Referiu que na sua opinião, este esvaziamento que foi feito na altura continua no vazio, ou seja ainda não conseguiram arranjar uma base de sustentação para uma execução verdadeira das CIM's. -----

Mencionou que há alguns projetos, há algumas candidaturas e há o Protocolo com a CCDR, mas materialidade, que é o que interessa, existe pouco. Indicou que no seu ponto de vista, estava muito sético que até ao final do mandato tivessem algo que seja verdadeiramente posto no terreno e que todos possam ver o que é a CIM. Explicou que dizia isto porque além dele e do Senhor Presidente da Mesa, que vão com a regularidade com que são convocados às Assembleias da CIM, julgava que nenhum dos Senhores Deputados tinha qualquer contato com esta entidade e se não fossem estas achegas que vão dando nas Assembleias Municipais, eventualmente, ninguém se lembrava que a CIM existia, afirmou que isto infelizmente é uma realidade. Declarou que eles próprios, que assistem às Assembleias da CIM, pouco sabem, embora o Senhor Dr. Paulo Fernandes, que tomou posse como Presidente do Executivo há pouco mais de um ano, tem tentado passar à Assembleia da CIM mais informação sobre aquilo que esta entidade está a fazer, aludiu que também este não pode dizer muito quando aquilo que é feito é pouco. -----

Mencionou que na sua opinião a CIM podia ser um fator importante de desenvolvimento das regiões, especialmente para as Regiões do Interior, não tanto para o litoral porque eles têm um mecanismo diferente, embora também compostos em CIM's, mas têm outras facilidades de acesso ao Terreiro do Paço, sendo que para os Municípios da CIM BSE era um veículo importante para terem peso no Terreiro do Paço e que não estavam a aproveitar devidamente. Informou que na última sessão realizada em dezanove de dezembro do ano transato, foi aprovado o Orçamento que continua a ser minimalista. Indicou que algumas das rúbricas estão abertas com verbas



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

insignificantes de cem euros (100,00€) e a justificação que é dada, é que estão abertas para que possa durante o ano haver execução e serem reforçadas, contudo ficam pela boa intenção. Referiu que esta situação verificou-se ao longo de todo o mandato. -----

No que diz respeito ao Plano de Mobilidade para a Serra da Estrela, recordou que na sessão da Assembleia Municipal de dezasseis de dezembro tiveram a oportunidade de debater, a propósito do Plano da Turistrela para a mobilidade na Serra da Estrela, que comportava as telecabines. Declarou que a sua intervenção sobre este tema, na reunião da CIM, foi no sentido daquilo que foi explanado na sessão do Órgão Deliberativo, a favor do Plano, dado que nessa sessão ninguém se tinha manifestado que o Município era contra aquilo que é proposto. Recordou que foi dito que o mais importante para obviar a situação, dado que aquele Plano aparentemente terá pouca ou nenhuma aderência à realidade, mas o mais importante seria os Parques serem utilizados para início de percurso, através de minibus. Aludiu que essa foi a opinião expressada pelo Senhor Presidente da Assembleia António de Lemos Santos e que parece que é consensual para todos, pelo menos assim interpretava por não ter havido ninguém que o tenha contradito na altura. -----

Explanou que referiu isso, assim como tinha mencionado que o Plano não é aderente à realidade. Disse que, tal como o Senhor Presidente da Mesa tinha aludido na sua explanação, notou-se claramente o alinhamento que existia entre Seia e Covilhã, em detrimento de todo o resto da Serra. Referiu que ele que estava de frente para todos os membros da Assembleia Intermunicipal, verificou que o facto de ter defendido que Manteigas deveria ser uma voz ativa, inclusive neste Plano de Mobilidade, despoletou uma série de caretas, que não lhe pareciam ser muito cordiais numa Assembleia Intermunicipal, no entanto foi tão notório este alinhamento, que não foi preciso palavras para perceberem. -----

Explicou que a intenção que lhe pareceu óbvia, é que pretendem excluir Manteigas desta parte do processo e isso nunca poderia aceitar. Aludiu que faria todos os possíveis para que numa próxima oportunidade pudesse vincar novamente esta situação. Declarou que Manteigas não pode ser excluída de uma situação de mobilidade na Serra, por todas as razões, não só geográficas como essencialmente pelas pessoas que aqui vivem e querem cá viver. Disse que não podiam adormecer sobre este assunto. Afirmou que o Órgão Deliberativo contaria sempre com a sua intervenção na CIM BSE e a com a sua capacidade para fazer o melhor que pudesse. -----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos no uso da palavra disse que já na última sessão tinha explicado que não concordava com minibus, porque era necessário pensar fundamentalmente em dois ou três vetores. Explanou que a neve não é para destruir, dado que fonte de receita para todas as populações no inverno, para que os turistas venham aproveitar toda a atividade lúdica que a neve lhes proporciona. Referiu que destruir a neve implica problemas económicos gravíssimos, implica toneladas e toneladas de sal-gema que destrói o que de melhor temos que é o ambiente, a natureza, que é aquilo que temos que vender aos turistas e que tem de ser preservado. Declarou que se deve impossibilitar a passagem de veículos automóveis, sejam



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

eles minibus, pequenos bus, o acesso lá em cima tem que ser feito por veículos mecânicos, sejam eles quais forem. Recordou que era isso que já se pretendia há quarenta anos, meios mecânicos encostados à montanha, sem ferir do ponto de vista da imagem a paisagem e sendo perfeitamente seguros e não largos e enormes, como se projetaram há quarenta ou cinquenta anos atrás e que se percebeu que não resultavam. -----

Explicou que o segundo vetor que tem de se ter em conta é o desenvolvimento das populações que residem no sopé e na encosta de toda a montanha. É evidente que Manteigas ocupa trinta ou cinquenta por cento da área de montanha utilizável em termos de neve, mas outras localidades também, tal como Alvoco, Loriga e é nas localidades que os turistas devem ficar localizados, de modo a promover o desenvolvimento do turismo e o desenvolvimento dessas populações em volta da Serra, depois quem quiser ir para a montanha brincar com a neve pode-o fazer igual. Aludiu que isto era óbvio e objetivo, o problema é que isto é muito difícil de resolver na prática, sendo que já há quarenta anos que se tenta resolver esta situação, mas acaba por embater sempre nas competições intermunicipais, porque a Covilhã acha que é o centro da Serra, Seia acha que é mais importante do que a Covilhã, Gouveia acha-se ainda mais importante do que Seia, Seia considera-se mais importante do que Manteigas e andamos nisto.-----

Declarou que vivia esta situação desde que aqui tinha estado há quarenta anos, apesar de não ser natural desta terra. Avocou que enquanto as pessoas não perceberem que têm de se unir nada avança, porque o desenvolvimento tem de ser global e não só de um concelho. Explanou que a terceira vertente é obrigatória, se for fechado o acesso à Torre, nos dois lados que existem, é evidente que tem que se manter a circulação automóvel norte/sul, este/oeste, contudo as pessoas têm que se juntar, a dificuldade é esta, porque o problema real. Afirmou que independentemente da parte política, do partido que esteja em funções, têm que se arranjar pessoas que estejam interessadas, sendo que deviam de ser Autarcas os primeiros interessados, porque são os representantes do povo, de cada região e de cada Município. Mencionou que os Autarcas deviam de se juntar e perceberem que só todos juntos é que conseguem fazer algo. Frisou que apenas trabalhando todos em conjunto, é se pode desenvolver de forma integrada e suportada toda a Serra da Estrela. -----

Chamou à atenção que não é por acaso que as pessoas desaparecem todas das aldeias, das vilas e das cidades envolventes, é porque não há qualquer conceito de desenvolvimento integrado. O único conceito de desenvolvimento integrado e sustentado do ponto de vista natural, ecológico foi uma ideia que surgiu há uns anos atrás em Unhais, que acabou por vingar com sucesso tendo sido aí construído o Hotel. Disse que o que o irritava mais é que Manteigas do ponto de vista hidrológico, em termos terapêuticos a qualidade das águas das termas em Manteigas é superior às de Unhais, mas Unhais é só o máximo e Manteigas simplesmente tem umas Termas.-----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares pediu a palavra para esclarecer que entendia a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

oposição do Senhor Deputado José Novo de Matos relativamente aos minibus, declarou que pessoalmente também não defendia essa ideia. Explicou que a questão que se colocava e tal como tinha sido dito pela Senhora Segunda Secretária da Mesa, que recordou a todos os que faziam parte desta Assembleia, que estavam aqui em representação do coletivo, tendo sido nesse sentido de representação do coletivo, que afirmou que tinha feito a sua intervenção na Assembleia da CIM. -----

Explanou que na sessão do Órgão Deliberativo, que decorreu uma semana antes da Assembleia da CIM, teve o cuidado de colocar a questão, para perceber qual era a posição da Assembleia Municipal de Manteigas, em relação a este assunto. Nesse seguimento, declarou que a posição que defendeu na Assembleia da CIM foi a posição que lhe pareceu ser consensual nesta Assembleia. Indicou que caso defendesse a sua posição pessoal sobre este tema a sua abordagem teria sido diferente, dado que já há muito tempo que defende que o acesso à Torre deve ser feito exclusivamente por meios mecânicos. No seu ponto de vista, já há muitos anos que deveria ter sido proibido o trânsito de automóveis na Torre. Aludiu que na sua opinião há capacidade e condições de fazer-se esse acesso à Torre por meios mecânicos, a partir do Covão da Ametade, nas costas do Cântaro, sendo que poderia ser perfeitamente enquadrado na paisagem um túnel, um funicular, uma escada rolante, qualquer coisa desse género, devidamente escondida, para não ter qualquer impacto na paisagem e dessa forma transportar as pessoas para a Torre. Declarou que esta é a sua opinião pessoal. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa verificando que não havia mais inscrições para intervir sobre a CIM BSE, concedeu a palavra à Senhora Deputada Matilde Cardoso que pretendia expor o seu relato sobre o Conselho Municipal da Juventude. -----

----- A Senhora Deputada Matilde Cardoso no uso da palavra cumprimentou todos os presentes. Aludiu que gostaria de fazer uma apreciação e um balanço mais positivos, do que tem sido a atividade do Conselho Municipal da Juventude. Explanou que desde logo tinham uma restrição na composição do Conselho Municipal da Juventude que é de lamentar, que no caso do Município de Manteigas está restringida apenas a quatro membros, dois representantes da Assembleia e dois representantes cada um das juventudes partidárias do concelho, o que empobrece aquilo que poderia ser a dimensão da atividade deste conselho, contudo são contingências com às quais tinham de lidar. -----

Por outro lado, referiu que em termos de participação julgava que é compreensível, porque eram todos jovens e por vezes tinham necessidade de faltar esporadicamente. Declarou que era compreensível desde que o fizessem com responsabilidade, justificando ausências e apresentado os documentos que lhes são solicitados, o que lhe parece incompreensível, é que sistematicamente existam membros que faltam sem justificação, sem apresentarem esses documentos, portanto se somassem o facto de já serem poucos com algum desinteresse por parte de alguns membros, lamentou isso e considerou que tal condiciona aquilo que pode ser a



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

atividade que desenvolvem.-----

Informou que já tinha apresentado por diversas vezes propostas concretas, disse que se propôs a fazer um plano de ação para efetivarem a atividade do Conselho, que infelizmente se tem quase resumido à emissão de pareceres sobre as Grandes Opções do Plano e Orçamento. A título de exemplo mencionou que uma das atividades que propôs foi no domínio do acompanhamento direto da participação cívica dos mais jovens, na atividade cívica/política, que no âmbito do Parlamento Jovem fizessem um acompanhamento nas escolas, por forma a incentivar a participação. Explicou que cada ano há um tema, quer para o básico, quer para o secundário e se houver uma troca de conhecimentos e de experiências, pode ser bom para ambas as partes e de alguma forma pode-se estar a preparar aquilo que vão ser os futuros Deputados desta Assembleia. Afirmou que no seu ponto de vista há trabalho a fazer e gostava que estivessem mais ativos nesse sentido. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa agradeceu o relato feito pela Senhora Deputada Matilde sobre o Conselho Municipal da Juventude, questionou se era possível materializar esse relato e ser apresentado à Assembleia, por forma a desenvolver o que foi explanado e conseguir captar o envolvimento e interesse pela participação no concelho. A Senhora Deputada Matilde confirmou que ia fazer chegar esse relato escrito à Mesa do Órgão Deliberativo. -----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos pediu a palavra aludiu que em relação ao repto deixado pela Senhora Deputada Matilde Cardoso, considerava que ela devia de fazer uma proposta de alteração à estrutura deste Conselho da Juventude, na próxima Assembleia Municipal, porque tal como tinha sido explanado a estrutura é perfeitamente limitativa, é composta por um representante de cada partido da Assembleia. Sugeriu que apresentasse uma proposta que permitisse cativar os jovens, independentemente dos partidos, porque os jovens não querem saber de partidos. -----

----- O Senhor Deputado José Lopes solicitou a palavra, disse que concordava com o Senhor Deputado José Novo de Matos, contudo questionou quantos jovens da idade da Senhora Deputada Matilde Cardoso receberam bolsa de estudo da Câmara e não regressaram a Manteigas. Explanou que em termos políticos era por aí que se devia começar, tentar fixar os jovens em Manteigas, em vez de os mandarem embora. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa aludiu que no que concerne à Comissão Municipal de Toponímia era ele próprio o representante da Assembleia nessa Comissão. Explanou que já no mandato anterior esteve nesta na Comissão Municipal de Toponímia, tendo-se verificado um incremento nesse mandato, que continuou no atual mandato. Explicou que sem entrar em pormenores, a Comissão Municipal de Toponímia à face do Regulamento em vigor, dado que esta Assembleia não o revogou, fez o seu trabalho juntamente com as Juntas de Freguesias, com o Correios Telégrafos e Telefones (CTT), sendo que a GNR também esteve presente, embora não tenha contribuído porque considerou desnecessário. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Mencionou que a Comissão fez o seu trabalho, o levantamento foi feito em todo o concelho, sendo que o trabalho mais difícil foi realizado pelas Juntas de Freguesias, representadas pelos Senhores Presidentes e depois foi dirimido e apurado na Comissão. Referiu que a Comissão fez a apresentação do seu projeto, fez a aprovação de todas as sugestões que foram apresentadas, toda a agente assinou as atas de livre vontade e remeteu para a Câmara a quem compete agora ultimar o processo. -----

Explicou que o Regulamento foi revogado porque a Lei 75/2013 veio definir outras regras para a Toponímia, atribuindo essas competências à Autarquia, com parecer e informação das Juntas de Freguesias. Afirmou que não davam por mal empregue o trabalho desenvolvido pela Comissão, porque deram também o contributo juntamente com as Juntas de Freguesias, tendo considerado que o trabalho ficou mais apelativo nesse aspeto. Disse que agora será da competência e da responsabilidade da Autarquia fazer aprovar ou não aquilo que foi sugerido, para que situações de nomes de ruas, números de polícia e outras situações que se possam deparar, sejam minoradas ou eliminadas se for possível. -----

Mencionou que na sua opinião era muito difícil que essa eliminação possa acontecer, mas pelo menos melhorá-las no máximo possível e não permitir que constantemente o correio seja devolvido por endereços incorretos, porque uns não existem ou outra qualquer circunstância que todos eventualmente podemos dar conta. Aludiu que esta era a informação que tinha para prestar à Assembleia, caso os Senhores Presidentes de Juntas entendessem podiam também dar a sua intervenção sobre este assunto, que inclusivamente ele agradecia que o fizessem. -----

----- O Senhor Deputado José Lopes pediu a palavra questionou se cabe realmente à Câmara repor a situação. Explanou que já não ia falar dos números de polícia, mas do que tinha conhecimento em geral há muitas ruas que não têm placa a identificar o respetivo nome de rua, e não estava a falar em termos pessoais, muito embora na sua rua tenha sido arrancada uma pedra, igual a que está no Chafariz, onde estava a identificação da rua. Aludiu que vamos tendo a sorte de os carteiros serem de Manteigas e conhecerem as pessoas. Questionou se o seu IMI não é igual aos dos outros Municípios que vivem em ruas que possuem placa identificativa da mesma, dado que houve placas identificativas do nome de rua que foram simplesmente arrancadas. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa agradeceu o reparo feito pelo Senhor Deputado José Lopes, disse que não tinha uma resposta concreta para isso, contudo todas as ruas foram escalpelizadas, provavelmente haverá uma resposta em pleno para esse assunto. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro no uso da palavra cumprimentou todos os presentes, disse que a sua intervenção ia no sentido de complementar a exposição que o Senhor Presidente da Mesa tinha feito, enquanto representante desta Assembleia na Comissão Municipal de Toponímia e de alguma maneira, acrescentar algo mais ao que foi dito pelo Senhor Deputado José Lopes. Referiu que no seu ponto de vista, era de todo o interesse que os resultados desta Comissão passassem à prática, urgentemente. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Na sua opinião a Comissão trabalhou bem, indicou que no princípio trabalharam rapidamente e bem, ultimamente e sobretudo desde a penúltima reunião até à última, decorreu meio ano em que não se passou rigorosamente nada, ou seja, continuaram com dificuldade principalmente nos números de polícia, os nomes das ruas há casos pontuais, como tinha sido aludido pelo Senhor José Lopes, contudo os números de polícia simplesmente não existem. Explanou que ficou combinado que os números de polícia seriam pintados ou seriam colocados pelos Bolseiros, que usufruem Bolsa de Estudo desta Câmara e que posteriormente têm que dar o contributo à Câmara pela Bolsa que recebem. Portanto esses números de polícia seriam pintados por esses jovens no Verão, aludiu que todos deduziram que seria o Verão passado, afinal na última reunião constataram que não foi. -----

Apelou que os números de polícia fossem marcados antes do término do mandato, porque esta situação de levar meio ano parados não é benéfica para o processo e não queria atribuir culpas a nada nem a ninguém, contudo o facto é que se trata de um processo que se arrasta há anos. Recordou que quando assumiu as suas funções como Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro, já se falava neste processo há imenso tempo, três anos volvidos de mandato continuam na mesma, sendo que existem pessoas em Manteigas que não conseguem fazer contratos com entidades fornecedoras de serviços de telecomunicações, porque essas empresas exigem que a rua tenha o número de polícia e quem quer contratar esse serviço não consegue dar o número de polícia. -----

A título de exemplo referiu que ele próprio teve que inventar um número para a sua porta, dado que nunca sequer teve número de polícia, para realizar um contrato. Declarou que fez o contrato e o mesmo chegou à sua residência, porque realmente temos a particularidade de os nossos carteiros serem naturais do concelho, toda a gente se conhece e os nossos carteiros não entregam a correspondência pela morada, mas entregam sim pelo nome e sabem que um determinado cidadão mora em tal sítio. Apelou à Câmara Municipal, às Juntas de Freguesias, a todos os que estão interessados e envolvidos neste assunto, que é necessário colocar os nomes das ruas, sobretudo nas que falta essa identificação e os números de polícia, com a máxima urgência. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro no uso da palavra disse que apenas queria acrescentar à metodologia apresentada, que foi escolhido o período do verão para colocar os números de polícia, porque há disponibilidade dos bolseiros e também porque existe um grande contingente de residentes, que estão no estrangeiro durante o ano e que regressam nessa altura, de modo que também eles podem participar na identificação desses dados. Referiu que se perdeu uma oportunidade, contudo uma outra que se aproxima, o que na sua opinião não se deve perder. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria pediu a palavra referiu que no seu ponto de vista o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro fez bem em





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

apelar à Câmara Municipal, contudo na sua opinião as Juntas já fizeram o seu trabalho. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro esclareceu que as Juntas de Freguesias podiam colaborar mais, a título de exemplo referiu que a Junta de Freguesia de São Pedro podia disponibilizar o pessoal para pintar os números de polícia. -----

----- A Senhora Segunda Secretária da Mesa solicitou a palavra disse que no seu ponto de vista, eventualmente, devia de estar neste ponto da Ordem de Trabalhos a referência à Bolsa de Ideias do Município, uma vez que a Assembleia faz-se representar aí com dois membros, que é a própria e o Senhor Deputado Flávio Massano, ambos foram eleitos para integrar a Bolsa de Ideias, sendo que a mesma acaba por ter uma presença tão discreta que nem constou neste ponto. Mencionou que houve uma primeira reunião, foi agendada uma segunda reunião, na primeira faltava um membro para que a composição fosse de impacto, que estaria dependente de uma Comissão do Conselho Empresarial. A segunda reunião também foi agendada, no entanto manteve-se o motivo, a falta de um membro integrante da Comissão, que fosse representativo do Conselho Empresarial. Expôs que há ideias apresentadas, há questões a levantar em relação a essas ideias e esclarecimentos a prestar, mas mais nada foi feito. -----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara pediu a palavra para informar que o representante do Conselho Empresarial foi eleito há duas semanas e contava convocá-lo tão breve quanto possível, assim que passasse a Expo-Estrela e o Feriado Municipal, dado que todos estes eventos juntos exigem a mobilização de muita gente e tempo. -----

----- A Senhora Segunda Secretária da Mesa no uso da palavra informou que se ia ausentar desta sessão por motivos familiares. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria esclareceu que tinha sido a primeira vez que tinha entregue a sua participação, na Comissão Municipal da Defesa da Floresta Contra incêndios, por escrito, contudo em todas as Assembleias que decorreram logo a seguir a qualquer reunião, onde tinha estado presente no âmbito da representação da Assembleia, sempre prestou essa informação verbalmente. Alegou que nunca deixou de dar conhecimento ao Órgão Deliberativo da sua presença nessas reuniões. -----

----- PONTO 3.8 -----

APRECIAÇÃO, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES A TOMAR EM MINUTA, PARA

-----PRODUZIR EFEITOS IMEDIATOS, DESTA SESSÃO-----

----- O Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém desejava intervir sobre esta matéria, verificando que não havia inscrições propôs que se aprovasse em minuta para produzir efeitos imediatos o **ponto três um e o ponto três três**. Colocada à votação tal proposta foi a mesma **aprovada por unanimidade e portanto tais deliberações foram aprovadas em minuta** para produzirem efeitos imediatos. No momento da votação não se encontravam presentes a Senhora Segunda Secretaria da Mesa e o Senhor Deputado António Miguel para exercerem o seu direito de voto. -----



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

### -----PONTO 4.-----

#### -----APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL-----

----- O Senhor Presidente da Mesa deu como abertas as inscrições dos Senhores Deputados que desejassem intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos. Verificando a intenção do Senhor Deputado José Novo de Matos em intervir, concedeu-lhe a palavra. -----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos aludiu que a sua intervenção se prendia com duas questões. Fez alusão de que no dia treze de dezembro de dois mil e dezasseis houve uma reunião do Órgão Executivo com o Senhor Presidente dos Hotéis Vila Galé. Disse que caso fosse possível gostaria de saber o que é que aí foi discutido, que ideias é que há, que propostas é que foram apresentadas, que colaborações existem, que ideias de investimento se verificam para essa estrutura hoteleira em Manteigas. -----

Mencionou que um outro assunto que lhe suscitou dúvidas, embora fosse quase anedótico, mas que fazia-lhe uma certa confusão o que vinha explanado no ponto cinco, do Serviço Médico-Veterinário, Fiscalização Sanitária, na página 09/20, Plano de Destruição de Cadáveres de Animais de Companhia que foram recolhidos pela *Stericycle*, no dia nove de novembro, matérias de categoria com destino à eliminação (guia de acompanhamento – Série B863467 com 122 Kg), questionou que animal de companhia pesa 122 Kg. Tendo-lhe sido esclarecido que esse peso seria o somatório de todos os animais recolhidos. -----

----- A Senhora Deputada Odete Ganilha solicitou que lhe fosse prestada uma informação relativamente à aquisição de Bens, Serviços e Património, que consta do número 2 da página 10, Aquisição de Apólices de Seguros. Explanou que tinha estado a fazer contas por alto e tinha apurado que os Seguros do ano transato abrangiam uma despesa no montante de cerca de cento e dezoito mil e quinhentos euros (118.500,00€), esta nova aquisição de Seguros será aproximadamente no valor de cento e sessenta mil euros (160.000,00€), verificando-se uma diferença aproximada de catorze mil euros (14.000,00€) por ano. Explanou que até aqui tudo estava bem. Atendendo que a aquisição de Seguros foi adjudicada à *Lusitânia Companhia de Seguros*, com sede em Lisboa, e à *AIG Europe Limited*, também com sede em Lisboa, a questão que pretendia ver esclarecida é se são agentes locais, se estes foram informados, se foi pedido orçamento aos mesmos, qual o motivo de ser a sede em Lisboa, quando pode ser através de agentes locais. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra disse que queria pedir a benevolência para o seguimento das informações, sobre as diversas Comissões e os conhecimentos que os elementos da Assembleia passam e a imagem que aqui se passou da CIM BSE, tendo afirmado que ficou completamente estupefacto. Explanou que a CIM BSE pode não ser a perfeição, mas de facto há matérias que tinha que ser esclarecidas, como tal propôs que o Senhor Presidente da Assembleia Municipal convoque, de acordo com a competência que tem, o Secretário da CIM para vir à Assembleia Municipal explicar sobre essa matéria. Explicou que foi



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

referido que o Orçamento da CIM BSE ainda não tem as receitas garantidas, elucidou que o Orçamento do Município de Manteigas também assim é, não pode incluir as receitas, as mesmas podem ser incluídas a título indicativo no sentido de depois serem desenvolvidas. -----

Elucidou que é um facto que a CIM segue este princípio, tal como o Município tem vindo a seguir, recordou que muitas vezes é colocado no Orçamento do Município, cem euros (100,00€) numa rubrica ou cento e cinquenta euros (150,00€) em outra rubrica. Explanou que o que efetivamente aconteceu e foi dito nesta sessão, primeiro a CIM teria que fazer um pacto com a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), pacto esse que demorou muito tempo a executar, tanto que ainda não receberam um tostão deste Quadro Comunitário e a CIM seria a entidade em conjunto com as quinze Câmaras que representa, a mais interessada em fazer evoluir este processo. -----

Declarou que tinha duas características, uma é que era muito formal, segundo que não era cínico, era contra aqueles que de cordeiros dizem que são lobos para se fazerem grandes, mas pior, era mais contra os lobos que se fazem de cordeiros. Afirmou que efetivamente as duas coisas a si apoquentavam-no. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa interrompeu a intervenção do Senhor Presidente da Câmara, recordou que estavam no ponto quatro da Ordem de Trabalhos, onde foram colocadas questões que gostaria que o Senhor Presidente as esclarecesse. Invocou que posteriormente, no ponto cinco poderia dar seguimento ao tema que estava a abordar, uma vez que quando foi abordado o assunto da CIM não houve mais intervenções e aí o Senhor Presidente da Câmara podia ter intervindo. Explicou que com isto não pretendia cortar o que o Senhor Presidente pretendia explanar, era somente colocar um bocadinho de ordem. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara concordou com o proposto pelo Senhor Presidente da Mesa. Explanou que no que concerne à questão levantada pelo Senhor Deputado José Novo de Matos, de facto houve uma reunião com a Vila Galé, uma reunião mais formal entre um conjunto de reuniões informais que aconteceram. Aludiu que este processo não acontece de um dia para o outro, depois de todas as reuniões que ocorreram com um conjunto de cadeias, houve uma cadeia com carácter internacional, que a Câmara entendeu que dava uma mais-valia ao processo, assim sendo explicou que com esta cadeia o Município desenvolveu um conjunto de ações, tal como com outros empresários ao nível das águas, ao nível da hotelaria. Informou que com a Vila Galé houve uma primeira reunião, onde foi avaliado tudo o que havia para avaliar, até porque havia um terceiro elemento neste processo, que era o dono do terreno. Deu conhecimento que esse terreno já tinha sido vendido pela Câmara Municipal e como tal, teve que acontecer esta conversa entre o Município de Manteigas, o proprietário do terreno em causa e a Vila Galé. -----

Referiu que nessa conversa, o representante da Vila Galé manifestou que havia alguma pressa em dar seguimento a este processo, até porque Manteigas atrai-os, inclusivamente por razões de ordem afetiva, uma vez que o pai do CEO (*Chief Executive Officer*) da Vila Galé esteve em



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Manteigas, trabalhou na SOTAVE, ele próprio também aqui esteve, assim como o seu irmão ainda estudou no Colégio Nossa Senhora de Fátima, portanto criou-se um conjunto de relações. Nessa reunião a Autarquia foi informada que a Vila Galé ia apresentar um projeto de arquitetura para apreciação, sendo que passado sensivelmente um mês esse projeto de arquitetura deu entrada na Câmara Municipal. Declarou que pretendem dar todos os passos de forma segura e nesse sentido tem havido diálogo, na medida em que tratava-se de um investimento que dá alguma expectativa, que no futuro próximo Manteigas seja o destino de turismo. Indicou que o Hotel terá oitenta e dois quartos e a Vila Galé é uma cadeia que vem desde o Brasil, até a Angola e passa por Portugal. -----

No que concerne ao ponto de situação do projeto, referiu que após ter dado entrada no Município, o mesmo está a ser avaliado conjuntamente entre a Câmara e o proponente do projeto, sendo que há outras entidades envolvidas neste processo, por razões várias, até porque há outros titulares da parte do terreno que tem que ser utilizado, designadamente a acessibilidade à zona que foi escolhida. Explanou que pretendem acautelar toda esta situação, inclusivamente há outras entidades que obrigatoriamente terão que ser envolvidas neste projeto. Afirmou que a Câmara está altamente empenhada, como sempre estará relativamente aos projetos e este é mais um projeto que irá levar por diante, dado que existem mais dois empresários de Manteigas, que já vieram apresentar projetos na área da Hotelaria, um para reconstrução da Pousada de São Lourenço e o Senhor João Clara para a construção de um novo Hotel.-----

Mencionou que tinham a expectativa, que dentro de um ano e meio, Manteigas tenha mais entre cento e cinquenta a cento e oitenta camas, o que equivale a dizer que passamos a ser um destino turístico e não propriamente um local de passagem para qualquer destino turístico. Indicou que o processo da Vila Galé está bem encaminhado, está a ser tratado pelos técnicos do Município e queria acreditar que se ia concretizar para bem de todos. Considerou que é a grande janela de oportunidade e uma mensagem dada para o exterior, que toda a divulgação do concelho de Manteigas tem tido alguma aceitação fora do concelho. Referiu que só com investimentos de empresas e empresários é que pode haver a fixação de jovens. Explanou que o Município estava a tentar criar as condições para que o concelho seja atrativo, de forma a fixar gente e criar postos de trabalho, fez votos que assim aconteça, porque de facto a não ser assim a demografia do concelho está exaurida. -----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos pediu a palavra para questionar se o local de implantação do hotel já estava definido e se o Senhor Presidente da Câmara podia informar onde iria ficar localizado o mesmo. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara respondeu que já estava definido o local, que seria na zona paralela ao viveiro das trutas, mas na parte de cima. -----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos perguntou se a estrutura arquitetónica está perfeitamente definida para ser enquadrada e não ser uma agressão ambiental. Explanou que não



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

era uma questão de mania do ambiente, mas o ambiente desta terra é a sua mais-valia e é necessário preservá-la, porque caso contrário faz-se o mesmo que se fez no Algarve e as pessoas já não querem ir para lá, preferem as praias mais selvagens, porque aquilo é só cimento armado. Declarou que esta é a realidade, a título de exemplo referiu que no Hotel de Unhais da Serra, percebe-se claramente que ninguém feriu a natureza, tudo está integrado. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara elucidou que do que tinha conhecimento do projeto, a construção do Hotel era em degradé e não terá impacto visual. No que concerne às Apólices de Seguros, informou que foi aberto concurso público, as Seguradoras concorreram, disse que julgava que entrou uma ou duas propostas de mediadores de Manteigas, contudo o processo foi aberto por concurso público. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa verificando que não havia mais inscrições para intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos deu-o como encerrado. -----

-----PONTO 5.-----

-----APRECIAÇÃO DE QUALQUER OUTRO ASSUNTO DE INTERESSE PARA O CONCELHO-----

----- O Senhor Presidente da Mesa deu como abertas as inscrições dos Senhores Deputados que desejassem intervir neste ponto da Ordem de Trabalhos, declarou que este ponto da Ordem de Trabalhos era de intervenção livre, com o respeito e a circunstância que se exige. Verificando que entretanto tinha sido entregue à Mesa da Assembleia a proposta de Louvor, já redigida, apresentada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro, leu o conteúdo da mesma que em seguida se transcreve: -----

*“Proposta*

*Eu, Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro, venho propor um voto de louvor, pelo excelente desempenho em prol da promoção da educação no Concelho de Manteigas, à Senhora Professora, Maria Adosinda do Chão Melo, que além de professora desempenhou com elevado empenho e dedicação as funções de Diretora da Escola do 2.º Ciclo do Ensino Básico, tendo presidido à Comissão Instaladora, e, posteriormente assumido o cargo de Diretora da Escola do 2.º e 3.º Ciclos de Manteigas.*

*Manteigas, 24-02-2017*

*O Proponente*

*Joaquim Neves Biscaia”*

----- O Senhor Presidente da Mesa explanou que é uma proposta que tem de ser apreciada e votada. Questionou se alguém desejava usar da palavra para intervir sobre esta proposta de Louvor. Verificando que não havia inscrições para intervir colocou à votação, por escrutínio secreto, a Proposta de Louvor à Senhora Professora Adosinda do Chão Melo, apresentada pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Sameiro, tendo sido **aprovada por maioria, com**



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

**quatro abstenções e treze votos a favor.** No momento da votação não se encontravam presentes a Senhora Segunda Secretária da Mesa e o Senhor Deputado António Miguel para exercerem o seu direito de voto. -----

O Senhor Presidente da Mesa informou que estava em apreciação a Moção de Transferências de Competências, apresentada pelo Senhor Deputado José Novo de Matos. Recordou que houve uma proposta que também deveria ser tida em consideração, apresentada pelo Senhor Deputado José Lopes de ser adiada a votação da mesma para a próxima Assembleia. Questionou se algum dos Senhores Deputados desejava intervir sobre esta matéria. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro solicitou a palavra disse que na generalidade, concordava com a proposta apresentada pelo Senhor Deputado José Novo de Matos, contudo no terceiro parágrafo da Moção é referido que a transferência de atribuições e de competências deve ser acompanhada dos meios humanos, recursos financeiros e do património adequado. Aludiu que quando foi feita a negociação da delegação de competências do Município para as Juntas de Freguesias, um dos pormenores que mais foi debatido e que mais dificuldade teve foi precisamente a transferência dos meios humanos. Disse que deixava apenas uma ressalva a esta Moção, porque ia assiná-la, estava ligeiramente de acordo que venham mais competências para as Câmaras, para as Juntas, contudo podiam-lhe dar a componente financeira, a componente material que fazia o resto, mas não a componente dos meios humanos. -----

Explicou que não estava a favor de qualquer discriminação ou de qualquer mobilidade das pessoas para o Fundo de Desemprego, ou para a pré-reforma, contudo as Juntas de Freguesias e especificamente a Junta de Freguesia de São Pedro tinha uma particularidade que considerou ser extremamente vantajosa, em que os funcionários da Junta são polivalentes, sendo que era extremamente vantajoso terem mão-de-obra que possa providenciar a inúmeras situações, desde proteção civil, corte de árvores, construção de muros, desentupir canos, desentupir levadas, fornecimento de lenha à pessoa idosa, porque a mesma não tem possibilidade absolutamente nenhuma de o fazer. Aludiu que terem funcionários específicos para determinadas tarefas, na sua opinião não era viável nas Juntas de Freguesias. Aludiu que concordava que em locais como Lisboa, nos grandes meios, onde há Juntas de Freguesias maiores do que o nosso Município, têm que ter funcionários vocacionados para determinadas tarefas, mas a sua realidade é Manteigas, não é Lisboa. -----

Referiu que concordava que viessem estas delegações para as Juntas de Freguesias, que viesse o dinheiro e a componente, mas o pessoal deixem-no estar, porque a Junta de Freguesia como faz o papel de proximidade, consegue contratar quem mais precisa e consegue ir buscar as pessoas com mais necessidades e por aí conseguem gerir muito melhor o dinheiro. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares no uso da palavra aludiu que concordava perfeitamente com a abordagem genérica do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de São Pedro sobre este tema. Explicou que em termos genéricos não era contra o conteúdo desta



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

proposta, no entanto há algumas questões que tinha alguma dificuldade em aceitar, sendo que ia deixar à consideração do proponente algum ajustamento que possa ser feito. Referiu que começando precisamente pelo ajustamento, o primeiro que queria deixar à consideração dizia respeito à primeira linha da segunda página, sobre a exigência da reposição das Freguesias: *“exige ainda a reposição das Freguesias”*. -----

Mencionou que a sua posição era conhecida, já a tinha manifestado publicamente nesta Assembleia quando foi da alteração da Lei das Freguesias, em que a Reforma Administrativa levou à aglutinação de muitas Freguesias. Recordou que neste contexto tinha feito uma proposta para ser votada que não foi aceite, mas que a mantinha porque não via razão para a alterar. Indicou que concordava que há situações na Lei que não foram devidamente acauteladas, tendo já na altura manifestado essa opinião, considerava que houve uma precipitação na forma como foi feito este processo. Há de facto algumas aglutinações de Freguesias que não foram feitas com o melhor sentido. Aludiu que estes quatro anos lhe permitiram ter experiência sobre este assunto e verificar que é necessário aprimorar aquilo que foi feito, mas genericamente não era contra a reforma que foi feita. Nesse contexto, declarou que não poderia dar o seu aval a esta parte da Moção.-----

Explicou que não poderia igualmente dar o seu aval quando no ponto três da mesma página, é referido: *“exigir a eliminação de todas as restrições à autonomia do poder local”*, indicou que o *“todas”* é como o *“nunca”*, são sempre situações um bocado difíceis de medir. Questionou o que são todas as restrições à autonomia, se é cada um poder fazer apenas pela sua cabeça. Aludiu que na sua opinião esta Moção deveria ser devidamente enquadrada em termos legais. Frisou que entendia onde o Senhor Deputado José Novo de Matos pretendia chegar, mas quem ler esta Moção tal como está escrita e dado que se a mesma for aprovada será certamente endereçada para a Assembleia da República, explicou que quem ler isto pode não estar imbuído do mesmo espírito com que o Senhor Deputado a escreveu. -----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos disse que esse documento era flexível, podia retirar a palavra *“todas”*. -----

----- O Senhor Deputado Nuno Soares indicou que era precisamente isso que estava a sugerir ao Senhor Deputado José Novo de Matos. Aludiu que uma outra questão que queria salientar tinha a ver com a criação das Regiões Administrativas, disse que defendia este modelo das Comunidades Intermunicipais (CIM's), até porque tinha sido contra a Regionalização no Referendo que foi feito. Alegou que não se podiam esquecer que até que haja um novo Referendo ou um novo impulso legislativo da nossa Assembleia da República, a Regionalização tal como foi proposta foi vetada pelo voto popular. Explicou que não tinha nada contra o princípio, mas partindo de uma realidade que foi a não aprovação da Regionalização, em Referendo, e a experiência que outros países regionalizados já detêm sobre a mesma, com os quais considerou que deviam de aprender e devia levá-los a pensar um pouco, se aquilo que foi colocado na



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

Constituição em 75, sobre a Regionalização, é exatamente o modelo que mais interessa, se isso é de facto o que vai garantir um desenvolvimento e uma descentralização de competências do poder central para o poder local. -----

Declarou que era totalmente a favor da descentralização, da criação de vias que permitam que o Terreiro do Paço venha para as Câmaras Municipais e para as CIM's com a configuração atual. Disse que não concordava com a criação de Regiões, tal como tem sido feita em aspeto macro, e tinha razões para não estar de acordo, alegou que inclusivamente ainda em setembro do ano transato tinha estado presente no Congresso Ibérico de Economistas, onde o aspeto da Regionalização foi falado num dos painéis temáticos e um dos intervenientes nesse painel era Espanhol, tal como era de conhecimento a Espanha tem Regiões Autónomicas, das quais se queixam que atualmente são uma dificuldade de desenvolvimento do país. -----

Aludiu que antes de proporem avançar para um modelo de Regionalização, seja ele qual for, deve-se primeiro amadurecer a situação, para daqui a uns anos não se queixarem, tal como acontece com aqueles que já têm essa experiência. Invocou que por estes aspetos colocava à consideração do proponente, sendo que tinha alguma dificuldade de votar o texto como ele estava redigido. No entanto, tal como tinha referido, concordava com o princípio geral que é proposto. Afirmou que obviamente que temos capacidade, não precisamos que venha ninguém do Terreiro do Paço dizer o que precisamos fazer. -----

----- O Senhor Deputado José Lopes solicitou a palavra recordou que sobre este assunto tinha sugerido que cada um estudasse este documento em casa, para que posteriormente cada um se pudesse pronunciar sobre o mesmo. Declarou que não ia assinar um documento que ainda não tinha tido oportunidade de compreender. Indicou que a intervenção do Senhor Deputado Nuno Soares permitiu-lhe ficar um pouco mais esclarecido sobre esta temática, ainda assim pretendia ser esclarecido por outras pessoas. Indicou que este assunto não vinha agendado na Ordem de Trabalhos. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa elucidou que já tinha referido que havia uma proposta do Senhor Deputado José Lopes para que o assunto não fosse apreciado ou decidido nesta Assembleia, só que nessa altura o Senhor Deputado não estava presente na sessão. Explicou que de qualquer forma se trata de uma proposta que assiste a qualquer membro da Assembleia apresentar em qualquer sessão, sem aviso prévio e sem estar mencionada na Convocatória. Disse que a Assembleia é soberana para decidir se apreciam ou não essa proposta. -----  
Explicou que neste caso estava uma proposta apresentada pelo Senhor Deputado José Lopes para que o assunto seja apreciado e votado na próxima sessão, sendo que teriam que votar essa proposta. Informou que era a Assembleia que ia decidir sobre esse assunto, de qualquer forma quis dar a possibilidade de os membros do Órgão Deliberativo poderem intervir sobre esta matéria, porque desta forma quem não está esclarecido pode desde já começar a ficar informado e os Senhores Deputados têm a oportunidade de manifestar aquilo que pensam sobre este





## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

assunto, independentemente de o mesmo ser ou não votado. Indicou que inclusivamente pela abertura que o proponente da Moção, o Senhor Deputado José Novo de Matos, já tinha apresentado, estava convicto que ia aceitar a sugestão, uma vez que todos devem-se pronunciar em consciência e devem saber o que está a ser votado. Declarou que esse é o princípio que deve assistir a todos os elementos da Assembleia Municipal. -----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos pediu a palavra, respondeu ao Senhor Deputado Nuno Soares, que era evidente que havia diferenças enormes entre Portugal e Espanha, são realidades distintas, tal como essa realidade nada tinha a ver com os Estados Unidos, que também têm autonomias totais, denominados de Estados, que disse ser uma Regionalização levada mais a sério.-----

Explanou que Portugal tem dez milhões de habitantes e isso é o que existe numa cidade qualquer da Europa, sendo que temos uma área geográfica muito pequena. Aludiu que se perdermos a intimidade das pequenas Freguesias, deste Regionalismo que existe, que sempre existiu e que não pode ser destruído, apesar de hoje em dia ser cada vez mais difícil porque as pessoas são poucas e fogem todas para os grandes centros como Lisboa, Porto e Coimbra, o que dava ainda mais razão a esta proposta, dado que esses Grandes Centros nada têm a ver com o país, apesar de acumularem nas regiões limítrofes grande parte da população, mas não tem nada a ver com o resto do país, nem com a realidade, nem com o desenvolvimento. -----

Afirmou que o desenvolvimento deste país não é de certeza feito em Lisboa, no Porto ou em Coimbra, estes são locais de serviços terciários, não têm indústrias, nem agricultura, não produzem nada, são apenas cidades de serviços. A título de exemplo referiu que é evidente que as pessoas de São Pedro sabem e sentem o que é que os residentes em São Pedro têm necessidade e o mesmo se passava nas outras freguesias do concelho, o que na sua opinião significava que as pequenas freguesias da nossa região, não podiam ser geridas pelos Grandes Centros. Declarou que sempre defendeu isto, assim como sempre defendeu que as pessoas da região têm um conhecimento muito mais profundo da nossa realidade intrínseca. -----

Prosseguiu indicando que tinha imensa pena de não viver aqui, sendo que o conhecimento que detinha sobre o que se passa em Manteigas é sempre transmitido por uma segunda pessoa ou então porque investiga. Contudo, como qualquer pessoa que é deputado nesta Assembleia e não é residente, não tem a mesma sensibilidade e o mesmo conhecimento da realidade do concelho como os que aqui habitam. Referiu que só não se sentia inibido, porque há quarenta anos que estava apaixonado por esta terra e que a defendia, sempre estudou muitos assuntos desta área geográfica, mas sentia que estava muito atrás em termos de conhecimento profundo desta região e em termos das suas necessidades intrínsecas. -----

Explanou que esta Moção defende a cultura do pequeno da aldeia contra a cidade. Disse que compreendia o que tinha sido explanado pelo Senhor Deputado Nuno Soares, inclusivamente este deveria ter conhecimentos superiores aos seus, na área da gestão autárquica e da gestão



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

económica. Indicou que a palavra “todas” é redutora e como tal retirava essa palavra do texto da sua Moção, desta forma onde se lê: “*exigir a eliminação de todas as restrições*” deverá ler-se: “*exigir a eliminação das restrições*”. -----

No que concerne à questão das freguesias afirmou que não abdicava do conceito explanado e a título de exemplo referiu que se aparecesse uma freguesia única em Manteigas, originada por um Decreto-Lei que o Governo Central, que vive em Lisboa, assim o decidiu, ele não podia concordar com isso. Explicou que tal é a antítese do raciocínio de como se desenvolvem as coisas num país tão pequenino como Portugal. Relativamente à questão da Regionalização disse que como é óbvio, o que se defende são áreas administrativas com poder de decisão, não tem nada a ver com as autonomias de Espanha, sendo que inclusivamente o que eles gastam em Poder é impressionante, há o Governo Central, há o Governo Regional de Madrid e depois há o Governo da Câmara Municipal, são três poderes que às vezes se digladiam, contudo como é um país muito maior que o nosso tem que ser desta forma. -----

Explicou que Espanha ainda corre outro risco que não existe em Portugal, que é o risco de serem tão autónomos que não querem saber o que se passa na outra Região Autónoma. Disse que é o que se passa em toda a Catalunha e todo o país Basco, sendo que de facto eles tinham razão porque a Catalunha produz 80% da produção de toda a Espanha, ou seja, as pessoas de Madrid vivem à custa da produção agrícola e industrial de toda a Catalunha, logo eles não precisam dos outros. Declarou que entendia a perspetiva do Senhor Deputado Nuno Soares, contudo ele tinha estas convicções. -----

----- O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria no uso da palavra referiu que já tinha assinado a Moção, tendo explicado que embora também não concordasse com algumas coisas que aí estavam explanadas, mas de um modo geral concordava com este documento. Explicou que subscreveu esta Moção porque já aconteceu ir a Lisboa, sair de Manteigas às quatro horas da manhã para lá chegar às oito horas e ter que tratar de determinados assuntos da Junta de Freguesia ou outras instituições que representa com pessoas, que na maioria das vezes não conhecem a realidade do nosso concelho, são muito simpáticos e sensíveis aos assuntos que lhe são expostos, contudo quando vimos embora passam-se os meses e tudo fica na mesma, mandamos e-mail, mandamos cartas, temos que lá ir mais uma vez e não passamos desta situação. Defende que é necessário o Poder Central estar mais perto do interior do País e dos seus cidadãos. Declarou que foi por este princípio que subscreveu a Moção apresentada pelo Senhor Deputado José Novo de Matos. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa indicou que também poderia acrescentar mais alguma coisa a esta matéria, mas como compreendiam, ainda não tinha conseguido ler a Moção, tinha-a ouvido, mas ainda não a conseguiu ler e interiorizar. Referiu que tinha sido apresentada uma proposta pelo Senhor Deputado José Lopes, para que a Moção seja analisada na próxima sessão, nesse contexto questionou o Senhor Deputado José Novo de Matos se aceitava esta sugestão. ---



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos explanou que em relação à proposta apresentada pelo Senhor Deputado José Lopes abstinha-se. Aludiu que tinham que ser flexíveis, sendo que os Senhores Deputados já se deviam ter apercebido que ele tinha essa flexibilidade. Referiu que trouxe esta proposta de Moção no sentido de a expor à Assembleia, de a mesma ser discutida e votada, contudo se fosse consensual entre o Órgão Deliberativo, que nesta sessão não era o momento oportuno para tal, afirmou que se ia abster. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a **proposta apresentada pelo Senhor Deputado José Lopes, de a Moção apresentada sobre a Transferência de Competências, pelo Senhor Deputado José Novo de Matos, ser apreciada e votada na próxima sessão da Assembleia Municipal**, a realizar em abril, tendo sido aprovada com **nove abstenções e sete votos a favor**. Desta forma declarou que a Moção será apreciada e votada na próxima sessão da Assembleia Municipal. -----

Verificando que não havia mais inscrições dos Senhores Deputados para intervir neste Ponto da Ordem de Trabalhos, concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, dado que tinha interrompido a sua explanação no ponto anterior, por considerar que tal intervenção se enquadrava melhor no ponto cinco. -----

----- O Senhor Presidente da Câmara no uso da palavra referiu que a Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela atravessou, tal como já tinha sido dito e bem, um processo difícil, o pacto não foi fácil, tratavam-se de duas entidades: a Comunidade da Serra da Estrela e aquela que já vinha da Comunidade da Cova da Beira e Beira Interior Norte, como tal essas coisas nunca foram simples e depois acontece que o processo de desencadeamento do Quadro Comunitário 2020, por razões que não tinham nada a ver com isso, mas que sentiram na pele diretamente, atrasou tudo. -----

Explicou que há um Secretário-Geral e há um adjunto do Secretário-Geral, o Secretário-Geral é partitamente um órgão, tem competências enormes, é evidente que obedece ao Presidente do Conselho, mas porque tem tanta competência ele pode vir às Assembleias Municipais na solicitação da Mesa da Assembleia, com a finalidade de vir explicitar precisamente o que é que existe. Aludiu que com estas diatribes todas o que aconteceu foi exatamente que os Governos atrasaram os Fundo Comunitários e depois como era preciso fazer o chamado Pacto dos Fundos Comunitários, que é uma espécie de contrato que se estabelece entre a Câmara, o Governo e a sua Comissão de Coordenação, neste caso específico com a CCDRC, por sua vez esta tinha também que contratualizar com as Comunidades Intermunicipais. -----

Explicou que são situações completamente novas, nunca tinham ocorrido e como tal isto demorou algum tempo, mas também se ganhou alguma maturidade. Fez referência que existem atas das reuniões da CIM, que a Assembleia deve pedir ao Senhor Secretário que as remeta a este Órgão Deliberativo, inclusivamente para que possam acompanhar o que vem sendo feito. Citou que há ações intermunicipais entre as quais a de educação, as novas tecnologias, o ambiente, há um



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

conjunto que já tem alguns milhões de euros, que irão ser em princípio canalizados através da Comunidade Intermunicipal das Beiras e Serra da Estrela. Concordou que efetivamente já era um pouco tarde, porque trata-se do Quadro Comunitário 2014/2020 e já estamos em dois mil e dezassete, contudo a realidade é que isto não se faz de um dia para o outro. -----

Declarou que a Comunidade Intermunicipal tem muito mais capacidade de fazer isto tudo integrado, do que tinha há três anos atrás, contudo ainda estavam longe de criar aqui uma estrutura intermédia, que possa vir a seguir daquela Regionalização encapotada como entidade administrativa do MAI. Explanou que sobre este tema e uma vez que já tinha passado a votação, tinha que dizer que uma Câmara Municipal como a de Manteigas, se é para fazer de intercambio entre os funcionários administrativos e auxiliares dos Centros de Saúde e das Escolas, não concordava com isso, assim como não concordava que a Câmara tivesse que fazer obras nas Escolas e nos Centros de Saúde e ter o pessoal auxiliar e de apoio a seu cargo. Se era esta a descentralização de poderes, agradeceu, mas não concordava, porque o Município não é empreiteiros por conta de outrem, nem é uma empresa de trabalho por conta de outrem. -----

Indicou que se é para darem somente isto ao Município não concordava. Disse que tinha conhecimento que há corporativismo nos dois setores, tanto no da saúde, como no da educação, contudo pediu que não lhe dessem o setor auxiliar da saúde, quando depois um doente vomita junto do médico e vêm solicitar à Câmara que vá limpar a sala. Declarou que isto não pode ser, portanto era preciso ter cuidado nestas matérias, porque nem tudo é tão simples quanto parece. –

O Senhor Presidente da Câmara declarou que tanto nesta sessão como em todo o lado é democrata e pugna pela igualdade, pela equidade e também pela liberdade de expressão. Prosseguiu dizendo que tanto na Câmara Municipal como em todo o lado nunca personaliza as suas atitudes, nem da Câmara enquanto a representar, não partidariza nenhuma decisão nesta Câmara, não falta ao respeito a ninguém, mas também não é cínico e quando alguém lhe diz que tem uma atitude que é audaz para uns e do outro lado se esconde atrás da porta, afirmou que perante estas insinuações e parafraseando: *“quem não se sente não é filho de boa gente e ele é filho de boa gente”*. Referiu que se fala alto ou não, isso não significa falta de respeito, declarou que não faltava ao respeito a ninguém, contudo não aceitava é que tentem vender gato por lebre e que de lobos se queiram transformar em cordeiros, sendo que era lamentável quando isto acontece, quando atrás de uma roupagem de cordeiro existia um lobo. Aludiu que se é para atacar pessoalmente que o façam formalmente, aceitava que não concordassem com ele, mas não aceitava que o acusassem de para uns fazer de uma determinada maneira e para outros fazer de maneira diferente, disse que não tem dicotomia e nunca terá. -----

Mencionou que a igualdade e a equidade são o seu mote de processo. Explanou que se alguém entende que outra situação é passível de aqui passar, para dizer: *“ataquei de uma maneira sibilina, fui inteligente, dei a volta”*, afirmou que não admitia que alguém pretenda fazer isso. Sendo que havia muita gente que resolve abandonar, quando o tom de voz se altera e não



## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

propriamente a temática nem linguagem são de maneira a subverter qualquer relação de contacto. Agradeceu ao Senhor Presidente da Mesa por lhe ter dado a liberdade de fazer esta explanação, porque embora não fosse cínico, mas também não permitia que alguém usando a roupagem de lobo ou de cordeiro tente subverter todo este processo.-----

Declarou que não faltou ao respeito, não personaliza, não partidariza e quando falou alto nesta sessão não comprometeu a linguagem da correção e da educação. Frisou quem o conhece sabe que não pode ser acusado de para uns ser afoito, audaz e usar a força e de outros esconder-se, disse que não acontece nem uma situação nem outra e não aceitava que tal venha a acontecer. Aludiu que se alguém quis abandonar a sessão não tinha culpa, isso aconteceu somente para fazer manchete e dizer que ninguém lhe respondeu em sessão da Assembleia, mas ninguém diz que na origem acusaram o Senhor Presidente da Câmara de falta de equidade no seu processo de gestão da Câmara. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa explanou que no que concerne à CIM BSE, a apreciação que foi feita nesta sessão já a tinham feito na Assembleia da CIM. Afirmou que tanto ele como o Senhor Deputado Nuno Soares já tinham tido oportunidade de dizer na Assembleia Intermunicipal que não havia trabalho desenvolvido. Aludiu que quando se apresenta um orçamento destes, um milhão trezentos e noventa e três mil e quatrocentos e três euros e cinquenta cêntimos (1.393.403,50€), isto é o imediato, agora o possível nas receitas previstas estão quatro milhões setecentos e vinte e cinco mil e setecentos e quarenta e um euros e dezanove cêntimos (4.725.741,19€), que depois não se têm concretizado. Disse que evidentemente que um orçamento é previsional, mas estamos a fazer uma estimativa daquilo que pode vir a acontecer no ano seguinte, sendo que esta situação se repete ano após ano e nada acontece. -----

Referiu que se há razões, justificações, as mesmas são ouvidas e compreendidas, mas não as aceitam, no sentido de que deveria de haver execução de obra, deveria de haver intervenção em todos concelhos e não acontece. Inclusivamente depois tem-se conhecimento de outro tipo de resultados, tal como os que vêm explanados nos mapas remetidos pelo INE e quando começavam a escalpelizar pelos mapas ficavam aflitos pelo rumo que as coisas estão a tomar, porque estamos no Interior, não estamos à beira-mar, nem nos Grandes Centros, que é aí que se concentra tudo e no Interior continuamos desta forma. Aludiu que essa responsabilidade assiste a todos e tinham que expor a situação, porque caso contrário são cúmplices com o *status quo* que se vai adquirindo ano a ano. Declarou que não compactua com este conformismo. -----

----- O Senhor Vice-Presidente da Câmara solicitou a palavra esclareceu que acima da Comunidade Intermunicipal a CCDRC não funciona. Tendo o Senhor Presidente da Mesa invocado que nesse caso o que não está bem deve ser denunciado. -----

O Senhor Vice-Presidente da Câmara prosseguiu a sua explanação indicando que sistematicamente tem-se verificado o alterar de regras indiscriminadamente. A título de exemplo referiu que há uma regra para o abandono e insucesso escolar, de repente a CCDR diz que já não



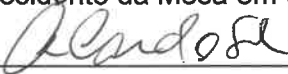
## ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MANTEIGAS

se vai receber a verba toda, durante três anos recebem 50% da verba e depois recebem os outros 50%. Os prazos de abertura de candidaturas estão sempre a alterar, tanto mais que a abertura de candidatura para a Escola de Hotelaria era no final de outubro do ano transato e em fevereiro do ano em curso ainda não abriu a candidatura. Declarou que isso não depende da CIM, depende só da CCDR. -----

----- O Senhor Deputado José Novo de Matos solicitou a palavra para mencionar há duas pessoas nesta Assembleia que pertencem a dois partidos diferentes, que é o Senhor Presidente da Mesa e o Senhor Deputado Nuno Soares, contudo disse ser engraçadíssimo porque os dois estão na CIM em representação do Órgão Deliberativo e eles falam a uma só voz. Disse que isto é um exemplo para todos e por isso deu-lhes os parabéns. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa verificando que não havia mais inscrições para intervir neste ponto da ordem de trabalhos e nada mais havendo a tratar deu a sessão por encerrada às zero horas e trinta minutos do dia vinte e cinco de fevereiro do ano de dois mil e dezassete. Desta sessão foi lavrada a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelo Senhor Presidente da Assembleia e pelos Senhores Secretários da Mesa. -----

----- O Senhor Presidente da Mesa em Substituição -----



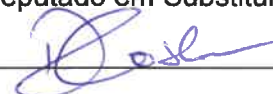
----- *Albino Saraiva Cardoso* -----

----- A 2ª Secretária -----



----- Oriana Marina Cleto Abreu Morais -----

----- O Deputado em Substituição -----



----- Daniel António Quaresma Costa -----